

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - CFCH
GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

VITORIA COELHO DE MELO

**APONTAMENTOS CRÍTICOS PRELIMINARES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA E O
FUNDO PÚBLICO NO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA DEPENDENTE
BRASILEIRO.**

Rio de Janeiro
2021

VITORIA COELHO DE MELO

**APONTAMENTOS CRÍTICOS PRELIMINARES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA E O
FUNDO PÚBLICO NO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA DEPENDENTE
BRASILEIRO.**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Universidade Federal do Rio
de Janeiro como requisito parcial para a
graduação em Serviço Social.

Orientadora: Prof. A Dra. Mirella Rocha

**RIO DE JANEIRO
2021**

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que contribuíram no decorrer dessa caminhada, em especial a Deus pela minha vida, e por me ajudar em cada obstáculo.

A minha família, em especial meus pais Edna e Pedro que sempre estiveram comigo nessa trajetória me incentivando, me auxiliando e me proporcionando o maior amor do mundo, ao meu afilhado, meus primos, tias, madrinhas, minha avó e a Pepita.

Aos meus amigos agradeço pelos incentivos, força, companheirismo, amor e todo apoio incondicional, gratidão por tornar essa caminhada mais leve.

Sou grata por todos os professores que contribuíram na minha trajetória acadêmica, em especial a Mirella Rocha, responsável pela minha orientação e que teve um papel fundamental nesse processo.

Agradeço às minhas supervisoras de estágio Rita e Mariana que também tiveram um papel fundamental na minha trajetória profissional.

“Duas coisas bem distintas
Uma é o preço, outra é o valor
Quem não entende a diferença
Pouco saberá do amor
Da vida, da dor, da glória
E tampouco dessa história....”

El Efecto

RESUMO

O seguinte estudo trata-se de uma tentativa de compreender as diversas implicações políticas, econômicas e sociais que contribuem para a enorme parcela que a dívida pública tem sobre o fundo público brasileiro. Assim, utilizamos a teoria marxista da dependência a fim de nos guiar a compreender como o lugar ocupado pelo Brasil perante todo sistema capitalista mundial acaba por gerar inúmeras problemáticas para esse endividamento exacerbado;

Essas nuances colocadas sofreram ainda mais impacto com a implementação do neoliberalismo no Brasil que evidenciou ainda mais o caráter genocida do Estado brasileiro, onde foi possível observar um gigantesco beneficiamento do Capital financeiro em detrimento de um massacre da população brasileira.

É isso que pretendemos estudar e demonstrar na seguinte pesquisa, de que forma as mudanças que ocorreram no cenário político, econômico e social brasileiro juntamente com o lugar histórico ocupado pelo Brasil, favorecem o capital rentista e com isso ocasiona diversos prejuízos para a classe trabalhadora brasileira.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 01- Distribuição da Carga Tributária Bruta segundo faixa de salário mínimo	19
Tabela 02 - Evolução do número de acidentes de trabalho	36
Gráfico 01 - Beneficiários da Dívida Interna 2013	44
Gráfico 02 - Orçamento geral da União 2016 – Executado (pago), por Função – Total = R\$ 2,572 TRILHÕES	49
Gráfico 03 - Dívida Externa	52
Gráfico 04 - Dívida Mobiliária Interna	52
Gráfico 05 - Orçamento Federal Executado(pago) em 2020 = R\$ 3,53 TRILHÕES	53
Gráfico 06 - Dívida Pública e Dívida Privada Externa/ Equador - % do PIB	56

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
1.1. Objetivo Geral	8
1.2. Objetivos Específicos	9
1.3. Metodologia	10
2. DÍVIDA PÚBLICA E FUNDO PÚBLICO E SUA CONFIGURAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA DEPENDENTE BRASILEIRO	12
2.1. Apontamentos preliminares: a dívida pública e o fundo público	12
2.2. Apontamentos históricos acerca do endividamento público no capitalismo dependente brasileiro	20
3. NEOLIBERALISMO, DÍVIDA PÚBLICA E FUNDO PÚBLICO NO BRASIL DEPENDENTE	33
3.1. O Neoliberalismo no Desenvolvimento Capitalista Dependente Brasileiro	33
3.2. Impacto da Dívida Pública no Fundo Público no Período Recente	48
4. CONCLUSÃO	58
5. REFERÊNCIAS	61

1 - INTRODUÇÃO

As últimas décadas brasileiras foram marcadas por um grande número de mudanças econômicas e sociais, desde confisco de poupanças, implementação de políticas assistenciais, mudanças de moedas entre inúmeras outras medidas que ocorreram no Brasil. Um fato é que todas essas mudanças trouxeram consequências para a sociedade brasileira, e grande parte dessas consequências mesmo interferindo diretamente na vida da classe trabalhadora não são discutidas e analisadas para com elas. Entendo que algumas dessas transformações carregam informações importantes para a conjuntura atual, e algumas precisamos destrinchar para que consigamos nos munir de possíveis prejuízos no futuro.

Atualmente é recorrente observarmos um aumento na grande mídia a respeito de temas como dívida pública, aumento ou diminuição do PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro, superávit primário, balança comercial, entre outros, interessante pensarmos que mesmo com a ampla divulgação desses temas a grande maioria da população brasileira não saiba discorrer assertivamente sobre eles. Quando paramos para analisar o que esses temas têm em comum e como são importantes para o capital financeiro como um todo conseguimos entender o porque não existe uma transparência acerca deles.

As medidas econômicas que vêm sendo implementadas no Brasil desde o início da década de 1990, possuem mais desdobramentos que imaginamos, pode se dizer que grande parte dessas medidas possuem um caráter protecionista para com o Capital Financeiro, porém o que vemos sendo divulgado pela grande mídia é que essas medidas são de extrema importância para a sociedade brasileira. É um fato que não é vantajoso para a burguesia nacional que a população saiba do que acontece nos bastidores do mercado financeiro, tendo em vista que se fosse mostrado as transferências de valores dos países dependentes para os países centrais tendo como base a superexploração do trabalhador possivelmente geraria enorme revolta na classe trabalhadora brasileira.

É interessante colocar que o problema do endividamento brasileiro vem de anos, é uma consequência histórica do lugar que o Brasil ocupa dentro da dinâmica do Capitalismo dependente, inúmeras contrações de dívidas, empréstimos foram realizados de uma maneira impositiva, justamente pelo fato do Brasil ser um país

dependente e ao longo de sua história ter subordinado seus interesses ao grande capital.

Apesar desse endividamento estar ligado à história, a implementação do neoliberalismo no país fez aumentar de forma exacerbada a dívida pública existente e veremos no decorrer da pesquisa de que forma isso se deu e quais as consequências que esse movimento trouxe para o país, e para o fundo público brasileiro.

O fato é que o Brasil vem convivendo há anos com uma política de ajustes fiscais, o que parece é que não existe uma folga para a população brasileira acerca desse tema, mesmo com todo o esforço da sociedade não há uma perspectiva de melhora das contas públicas.

“Ao contrário, a dívida pública que nos coloca em condição de ajuste fiscal permanente com sua inesgotável chantagem e punção do fundo público, é uma espécie de calvário: um longo sofrimento, especialmente para a classe trabalhadora. (BEHRING, 2017, p. 10)”

Trata-se de uma pesquisa exploratória em caráter inicial, que tem como macro-tema a discussão da dívida pública brasileira, parte do seu processo histórico no século passado, buscando trazer algumas reflexões sobre como esse processo do endividamento público brasileiro impacta sobre o fundo público e assim compreender de uma forma geral as consequências que o endividamento público trás para a classe trabalhadora superexplorada brasileira, especialmente no cenário neoliberal.

1.1. Objetivo Geral

Realizar pesquisa exploratória sobre a dívida pública no capitalismo brasileiro e seu impacto direto sobre o fundo público.

1.2 Objetivos Específicos

- i- Identificar a redistribuição do fundo público beneficiando o Capital financeiro.

- ii- Compreender o processo histórico recente de endividamento brasileiro, no bojo do desenvolvimento capitalista dependente.
- iii- Tecer considerações sobre como a implementação do neoliberalismo intensifica o processo de endividamento brasileiro, com consequências nocivas para a classe trabalhadora.

1.3 Metodologia

A presente pesquisa cujos objetivos já foram mencionados, é de natureza exploratória onde ao longo dela estudaremos os fenômenos econômicos que ocorreram no Brasil ao longo de sua história e em determinado momento focaremos nossa atenção no Plano Real para que assim consigamos trabalhar melhor a questão da dívida pública dentro do fundo público brasileiro, entendendo assim que para nós o marco do Plano Real juntamente com a implementação do neoliberalismo no Brasil se constitui como um momento de extrema importância para o país.

Ao longo do texto utilizamos autores como Ruy Mauro Marini (2005), Luiz Filgueiras (2000), Tatiana Brettas (2017), entre outros, para uma melhor análise do cenário brasileiro, contando com as contribuições da Teoria da Marxista da Dependência, procurando compreender o lugar ocupado pelo Brasil perante todo sistema capitalista mundial e as implicações políticas e econômicas que recaem sobre esse e sua população.

Utilizamos em nosso trabalho a “Dialética da Dependência” de Marini (2005) onde com isso conseguimos entender o lugar ocupado pelo Brasil enquanto país dependente em relação ao sistema capitalista internacional e as relações econômicas que se constituem através desse marco. Além disso utilizamos também o seguinte texto “Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil” de Brettas (2017) onde conseguimos compreender o quão importante foi para o Brasil em termos econômicos a implementação do neoliberalismo no país e qual o impacto dessa transformação para o fundo público brasileiro em especial para a dívida pública. Um outro texto que utilizamos e foi de grande importância para a construção da nossa pesquisa foi “História do Plano Real: fundamentos, impactos e contradições.” de Filgueiras (2000) onde o autor elucida as

políticas de estabilização implementadas no Brasil desde o início dos anos de 1980 até 1999, em particular a do Plano Real. Dessa forma, nosso trabalho caminhou de uma maneira a elencar como as mudanças e as transformações econômicas e políticas que ocorreram no Brasil impactaram o fundo público brasileiro onde na maioria das vezes nossa atenção recai sobre a dívida pública inserida nesse contexto do fundo público.

Optamos por trabalhar com uma pesquisa documental e bibliográfica para que assim fosse possível realizar uma análise qualitativa acerca da disputa em torno do Fundo Público, com isso buscamos alguns dados públicos, entre eles o portal da transparência do governo, assim foi possível ter um maior embasamento a respeito dos dados econômicos do Brasil, seguindo nessa perspectiva utilizamos a análise de documentos como técnica assim visitamos diversos sites, destacamos aqui o site da Auditoria Cidadã da Dívida, onde por diversas vezes foi possível encontrar dados a respeito da situação econômica brasileira proporcionando uma melhor construção de referências para nosso trabalho, consultamos diversos livros e textos como já citado além de outros, também utilizamos leis e relatórios, como a própria Constituição Federal e a Legislação Tributária.

Com esse levantamento de dados e referências bibliográficas, esperamos que seja possível um bom entendimento acerca do tema exposto proporcionando assim uma melhor compreensão das nuances da dívida pública brasileira e do gradativo endividamento brasileiro dentro do contexto do fundo público.

2. DÍVIDA PÚBLICA E FUNDO PÚBLICO E SUA CONFIGURAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA DEPENDENTE BRASILEIRO

2.1 Apontamentos preliminares: a dívida pública e o fundo público

É recorrente observarmos nos últimos anos um aumento expressivo nos meios de comunicação das seguintes palavras: “Dívida Pública”, “Títulos da Dívida”, “Superávit Primário” entre outros termos ligados a economia. Também é possível perceber um aumento ligeiro de inúmeros investidores chamando pessoas “comuns” a investir suas economias no mercado financeiro, sugerindo que esses poderiam enriquecer de forma rápida. Apesar desse movimento enérgico diversas camadas da população não possuem conhecimento a respeito dessas transações econômicas, e essa falta de compreensão do tema em questão, por vezes, acaba mascarando um movimento enorme do Capital onde vemos que a classe trabalhadora é a que mais sofre impactos econômicos e sociais dessa movimentação que é realizada por de trás dos panos.

Com essa narrativa colocada, nos parece pertinente compreender os principais pontos sobre a dívida pública e o seu papel de destaque no capitalismo, para isso, a seguir, iremos elucidar os aspectos mais importantes acerca do tema.

Segundo Marx (2013, p.825) o sistema de crédito público e da dívida do Estado têm suas raízes em Génova e Veneza durante o período da Idade Média e foi estimulado durante o período manufatureiro, sendo impulsionado pelo período colonial e assim se transformando em um fator importante para a origem do Capitalismo Industrial. É importante ressaltar a relevância que os bancos ocupam nessa lógica capitalista, esses abrangem uma posição política profundamente estratégica sob os Estados ao redor de todo mundo, isso se configura desde 1694 com o famoso Banco Inglaterra que começou a emprestar seus recursos ao Estado com juros à 8%, e devido a esses empréstimos em cima de juros e com as novas medidas autorizadas pelo parlamento Inglês o Estado da Inglaterra se endivida e em busca de sanar suas novas despesas públicas surge um novo sistema de crédito internacional. É interessante observar que durante 1701 a 1776, um dos principais negócios da Holanda foi o empréstimo de enormes capitais à sua “rival” política Inglaterra, e assim ficou findado o primeiro lugar cuja dívida pública operou.

Já no período de consolidação do capitalismo é possível observar o caráter “mágico” da dívida pública e devido essa natureza conseguimos compreender o porquê a dívida pública se torna um mecanismo essencial para a reprodução do Capital. Abaixo conseguimos observar a análise de Marx (1985) sobre isso:

“Os credores do Estado nada dão na realidade, pois a soma emprestada converte-se em títulos da dívida pública facilmente transferíveis, que continuam a funcionar em suas mãos como se fossem dinheiro. A dívida pública criou uma classe de capitalistas ociosos, enriqueceu, de improviso, os agentes financeiros que servem de intermediários entre o governo e a nação. As parcelas de sua emissão adquiridas pelos arrematantes de impostos, comerciantes e fabricantes particulares lhes proporcionam o serviço de um capital caído do céu. Mas além de tudo isso, a dívida pública fez prosperar as sociedades anônimas, o comércio com os títulos negociáveis de toda a espécie, a agiotagem, em suma, o jogo de bolsa e a moderna bancocracia. (MARX, [1867] 1985, p. 872-873).”

Em seu terceiro livro Marx (1867) aborda de uma forma mais detalhada as particularidades da acumulação, com isso o capital portador de juros aparece como uma dessas formas de acumulação capitalista. Neste sentido, o capital portador de juros aparece como um desdobramento no processo de acumulação. Nesta fase, a dívida pública, demonstrada por Marx como a primeira forma do capital fictício, surgiu como mecanismo de acumulação privada dos recursos de toda a sociedade.

Dessa forma é possível analisar que os títulos públicos são incorporadas pelo Capital fictício pois de forma direta esses títulos não possuem valor em si, na realidade os títulos da dívida “representam apenas direitos acumulados, títulos jurídicos sobre a produção futura”, não representam capital algum (MARX, 1983 c). Cabe aqui colocar que esses títulos na dimensão individual se identificam como real tanto que é possível a venda desses, porém de forma geral ainda estarão inseridos na dimensão ilusória, saindo da mão de um para a mão de outro. Abaixo segue uma análise feita por Lupatini (2012) acerca desse movimento:

“Marx nos mostra ainda que “a acumulação do capital da dívida pública significa [...] apenas a multiplicação de uma classe de credores do Estado autorizados a retirar antecipadamente para si certas somas do montante dos impostos” (MARX, 1983c, p. 19). E aí se explicita um lado invisível da dívida pública, pois os impostos têm como fonte a riqueza criada na produção, no processo real pelo trabalho vivo. Essa “riqueza” criada, em termos de renda, se divide

em duas partes principais: salários (trabalhadores) e lucros (auferidos pelos capitalistas).

Através do sistema tributário drena-se uma parte dessa renda para o Estado. Os credores do Estado, portanto, retiram “antecipadamente para si certas somas do montante dos impostos”, de uma parte da renda. Em linhas gerais, a rigor, trata-se ou da apropriação de parte da mais-valia social ou apropriação de parte dos salários pelo Estado, que irá repassar esses valores para determinadas frações do capital. Com frequência os credores do Estado não contribuem efetivamente com o montante dos impostos, de forma que “a dívida pública sempre teve por origem as relações de classe e o poder político que permitem aos ricos escapar amplamente, ou mesmo quase completamente, dos impostos” (CHESNAIS, 2005, p. 39). Dívida pública tem, portanto, implicações sobre a luta de classes. (LUPATINI, 2012, p 67)”.

É relevante observarmos que mesmo em seu tempo com as devidas mediações espaço-temporais, Marx (1983) já sinalizava como a dívida pública se configurava para se tornar um importante fator para a acumulação. Brettas (2012) descreveu sobre esse assunto e segundo a autora a dívida pública vai aos poucos se transformando em um instrumento de uma “fada madrinha da acumulação” dotando o dinheiro como se fosse uma “varinha de condão”. Para complementar ao resgatarmos Dantas, conseguimos entender melhor as contradições existentes:

“A dívida pública converte-se numa das alavancas mais poderosas da acumulação primitiva. Como uma varinha de condão, ela dota o dinheiro de capacidade criadora, transformando-o assim em capital, sem ser necessário que seu dono se exponha aos aborrecimentos e riscos inseparáveis das aplicações industriais e mesmo usurárias. Os credores do estado nada dão na realidade, pois a soma emprestada converte-se em títulos da dívida pública facilmente transferíveis, que continuam a funcionar em suas mãos como se fossem dinheiro.(DANTAS, 2018. Edição do Dia)”.

Segundo nossa análise, necessitamos apresentar algumas das mudanças econômicas que afetou diversas categorias em meados dos anos 70, é importante salientar que foi durante essa época que o mundo se depara com a crise do petróleo,¹ Cabe ressaltar que essa expressão “crise de petróleo” pode por vezes mascarar o tamanho do impacto que essa ocasionou no mundo, ela não é uma crise

¹Na década de 1970, o setor de petróleo passou por duas crises de preços, que de tão surpreendentes e impactantes, alteraram o mercado para sempre. Desde o início do século XX, a economia mundial, principalmente dos países mais industrializados, passou a depender muito do petróleo e seus derivados. A formação da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) durante a década de 1960 para restringir a oferta no mercado internacional e sustentar os preços do petróleo foi uma das origens da primeira crise.

do petróleo. É uma crise estrutural, que se manifestou em todas as esferas do capital. Afetou globalmente o desenvolvimento capitalista e atingiu a totalidade da força de trabalho

E esse choque influencia diretamente as relações do mercado, o sistema capitalista necessita de mudanças na forma de capitalizar e aumentar seus respectivos capitais, cabe colocar que foi durante esse período que ocorreu um enorme endividamento de inúmeros países tais como a França e os Estados Unidos. Como forma de garantir a reprodução ampliada do Capital. Neste sentido, István Mészáros (2008) afirma:

“Desde a década de 1970, os Estados Unidos têm estado a afundar-se, cada vez mais profundamente, no endividamento catastrófico. A solução fantasiosa proclamada publicamente por vários presidentes estadunidenses era “ crescer para ultrapassar isto”. E o resultado foi o diametralmente oposto, na forma de endividamento astronômico e ainda em crescimento. (MÉSZÁROS, 2008)”

E para completar a análise acerca dessa época utilizaremos mais um trecho abaixo para evidenciar as principais mudanças da década de 70:

“Sem freios, graças ao desmoronamento das barreiras que o sistema de Bretton Woods erguera provisoriamente, os instrumentos de liquidez criados pelo governo americano para financiar a dívida pública deram início à economia do endividamento (a debt economy). Desde meados da década de 1970, ela se tornou parte integrante das características estruturais da economia americana, primeiro, e depois de muitos outros países, entre os quais a França. Nos Estados Unidos, o montante acumulado da dívida pública, da dívida das empresas e da dívida das famílias (crédito ao consumidor, leasing etc.) era 1,9 trilhão de dólares em 1970 e já atingia 4 trilhões em 1978. (CHESNAIS, 1996, p. 251)”

É importante que tenhamos em mente que no final da década de 70 o que ocorreu em diversos países foi a liberalização do movimento de capitais e assim surgiu uma nova forma de ingresso de capital nos países, a partir desse momento o capital aplicado deixou de ser apenas investimentos diretos, no sentido literal da palavra, e passou a proporcionar em grande parte um capital especulativo e parasitário², sendo assim destinados a bolsa de valores e em títulos públicos. Destaca-se aqui que essa dinâmica, no Brasil, proporcionou um aumento expressivo

²O conceito de capital especulativo parasitário foi desenvolvido em CARCANHOLO, Reinaldo e NAKATANI, Paulo. O capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização. Ensaio FEE, v. 20, n. 1, 1999, p. 284-304

da dívida interna isso porque a entrada de capital estrangeiro direto ou indiretamente precisa ser convertido em moeda nacional, levando ao Banco Central a comprar divisas emitindo moedas, assim proporcionando um aumento expressivo da dívida interna, Nakatani (2006) relata:

Esse mecanismo tornou-se mais importante com o processo de desnacionalização e de abertura dos mercados de câmbio das economias subdesenvolvidas, pois o aumento significativo de remessas de juros, lucros, dividendos e ganhos de capital obriga o Estado a impulsionar políticas mercantilistas visando a obtenção de divisas para garantir esses pagamentos e a manter um volume elevado de reservas como condição para a “governabilidade.”(NAKATANI, 2006, p.

Por conta disso é que se faz necessário entender o caráter que o Estado brasileiro possui, esse inserido na lógica da dependência opera junto com as classes dominantes dos países centrais para obter lucros exorbitantes em detrimento da população brasileira como veremos a seguir, e é para esconder essas problemáticas da população que o Estado faz parecer que o pagamento da dívida com altas taxas de juros é um compromisso mais sério do que, por exemplo, discutir formas específicas de financiar as políticas públicas, com isso conseguimos desenhar que o pagamento da dívida dessa forma é uma questão de sobremodo política.

Essa lógica colocada fica ainda mais evidenciada no período dos anos 90, onde é possível analisar que o “crescimento dos ativos financeiros acumulados foi mais de duas vezes e meia mais rápido do que o da formação de capital fixo” (CHESNAIS, 1996, p. 244)”, e seguindo a análise em 1992 é possível observar que “os ativos acumulados eram o dobro do que o PNB [Produto Nacional Bruto] acumulado de todos os países da OCDE [Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico] juntos, e treze vezes mais do que suas exportações totais” (CHESNAIS, 1996, p. 244). É importante que tenhamos em mente a conjuntura da época, no Brasil, foi durante esse período que inúmeros direitos conquistados pelos trabalhadores foram retirados pela ofensiva neoliberal e as políticas públicas que anteriormente haviam conquistado um caráter universal sofreram mudanças e ganharam uma natureza focalizada. Com isso é possível observar a postura do Estado onde esse volta sua atenção para a rentabilidade financeira, assim a dívida pública exerce um papel de extrema importância nessa dinâmica, e por conta desse cenário acaba sendo necessário abrir mão de uma

política social voltada aos trabalhadores, aqui cabe colocar que essa transformação do Estado está diretamente ligada com a ofensiva neoliberal como veremos adiante, e com a implementação de uma acumulação flexível que consiste no surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. Por isso, é importante para além de entender o fundo público, compreender as dinâmicas que estão relacionadas a luta de classes que compõem esse fundo. Brettas (2012) faz uma análise importante acerca dessas contradições que envolvem o fundo público e a luta de classes:

“Para tanto, é preciso ter em mente a regressividade que marca o perfil da arrecadação tributária em diversos países, dentre eles o Brasil (BEHRING, 2008; SALVADOR, 2010). Os recursos do fundo público consistem em um montante arrecadado mediante o pagamento de impostos e contribuições. Essa apropriação por parte do Estado é, de forma direta ou indireta, fruto do processo de produção de mercadorias e vem, portanto, do trabalho despendido nessa produção. Tal apropriação se dá basicamente de duas formas: uma parcela vem da mais-valia produzida e recai sobre os donos do capital; a outra consiste em parte do trabalho necessário, parcela do salário pago pelos trabalhadores na forma de impostos, sobretudo indiretos. Quando falamos em tributação regressiva, essa última parcela tende a ser maior do que a primeira. (BRETTAS, 2012, p. 109).”

Entendendo toda essa dinâmica macro existente a respeito do surgimento da dívida pública, focaremos nossa atenção a respeito das nuances existentes no Brasil e para realizarmos uma análise coerente acerca da dívida pública brasileira é importante estudarmos a composição do nosso fundo público e entendermos a relação existente acerca das tributações.

Acredito que precisamos primeiramente compreender que o Fundo Público é composto por toda a sociedade brasileira, e parte dessa composição é cooptada pelo Estado através da dívida dos Estados nacionais, de entes subnacionais e de empresas estatais, vejamos a seguir como Salvador (2015, p.9) caracteriza o fundo público, “O fundo público envolve toda a capacidade de mobilização que o Estado tem para intervir na economia, seja por meio das empresas públicas ou pelo uso de suas políticas monetária e fiscal, assim como pelo orçamento público”. Temos, portanto, a compreensão de que o fundo público se forma a partir da mais-valia

socialmente produzida, diga-se, do trabalho excedente, que se reparte em juros, lucro e renda da terra, sobre os quais incidirá a capacidade extrativa do Estado, a carga tributária, envolvendo todos os participantes do butim: o capital portador de juros, o capitalista funcionante/industrial, o capital comercial e os proprietários de terras. Mas o fundo público também se compõe do trabalho necessário – e diríamos, cada vez mais, com o advento do neoliberalismo e a ofensiva tributária por meio da expansão da tributação indireta, aquela que se faz sobre o consumo (Salvador, 2010 e 2015). Com isso colocado, podemos compreender que o Fundo Público é composto pelo trabalho de toda uma sociedade e a redistribuição deste arrecadamento mostra-se como uma fonte de benefícios para a classe dominante e sobrecarrega a classe trabalhadora.

É importante destacar que mesmo após a exploração do Trabalho que gera uma enorme arrecadação para o Fundo Público, existe uma nova cooptação dos salários através da carga tributária que no Brasil opera de uma maneira regressiva, ou seja, significa que existe uma retirada proporcionalmente maior de pessoas que compõe as classes sociais mais baixas, seja por meio de tributos pagos diretamente ou indiretamente suportados. Destaca-se que essas mudanças sobre as tributações e essa forma de exploração do trabalho ganharam uma nova dimensão e diversas possibilidades com a implementação do neoliberalismo no país como veremos adiante.

Compreendendo essas nuances agora se faz necessário focar na questão da carga tributária que teve um grande aumento nos últimos anos, e essa ampliação acabou por gerar um salto na apropriação da riqueza produzida pelo um todo por parte do Estado Brasileiro, que ao implementar o neoliberalismo teve como prioridade máxima o pagamento de juros e amortizações da dívida pública. Em 1995 a carga tributária era de 27% do PIB; em 2015, passou para 32,71%. Deste total, a União fica com 21,54%, os estados da federação com 8,84% e os municípios com 2,33% (BECK et al., 2016, p. 21).

Coloco aqui como o ponto mais importante da análise sobre a tributação como essa se dá em relação às diversas classes sociais. De acordo com Evilásio Salvador (2016), a arrecadação tributária em 2014 foi de R\$ 1,8 trilhão, divididos da seguinte forma (em ordem decrescente): 1. tributos sobre bens e serviços, 51,02% do total; 2. tributos sobre a folha de salários, 25,18%; 3. tributos sobre a renda, 18,02%; 4. tributos sobre a propriedade, 4,17%; e 5. tributos sobre transações financeiras,

1,61%. Nota se aqui uma característica importante, os tributos de bens e serviços constituem a maior parte da arrecadação brasileira onde as alíquotas são iguais para todos e de onde vem a menor parte da arrecadação é justamente sobre alíquotas que possuem o maior peso para a classe dominante são esses os tributos sobre propriedade e sobre as transações financeiras. Como bem sintetiza Salvador:

“Mais da metade da arrecadação provém de tributos que incidem sobre bens e serviços, com baixa tributação sobre renda e patrimônio. Nos países mais desenvolvidos, a tributação sobre o patrimônio e a renda corresponde a cerca de 2/3 da arrecadação, conforme dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). A eficácia redistributiva da política tributária brasileira é baixa, pois ela não tributa o patrimônio e os rendimentos mais elevados, não originários do trabalho – aluguéis, aplicações financeiras, lucros e dividendos. (SALVADOR, 2016, p.62-3).”

É interessante ponderar que para além de toda cooptação que existe sobre a riqueza socialmente produzida e não redistribuída, a tributação da forma que existe no Brasil acaba sendo mais uma forma de cooptação e essa de uma maneira que privilegia as classes dominantes em detrimento de toda uma população.

Segue abaixo um gráfico que evidencia as contradições presentes no sistema tributário brasileiro, e isso é importante para que possamos compreender como são arrecadados alguns dos recursos que compõem nosso PIB. A carga tributária no Brasil, somando-se as três esferas de governo, atingiu 35,8% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2008. Vejamos abaixo:

Tabela 01 - Brasil - Distribuição da Carga Tributária Bruta segundo faixa de salário mínimo

Renda Mensal Familiar	Carga Tributária Bruta – 2004	Carga Tributária Bruta - 2008	Dias Destinados ao Pagamento de Tributos
até 2 SM	48,8	53,9	197
2 a 3	38,0	41,9	153
3 a 5	33,9	37,4	137
5 a 6	32,0	35,3	129
6 a 8	31,7	35,0	128
8 a 10	31,7	35,0	128
10 a 15	30,5	33,7	123
15 a 20	28,4	31,3	115
20 a 30	28,7	31,7	116
mais de 30 SM	26,3	29,0	106
CTB, segundo CFP/DIMAC	32,8	36,2	132

Fontes: Carga Tributária por faixas de renda, 2004: Zockun et alli (2007); Carga Tributária Bruta 2004 e 2008: CFP/DIMAC/IPEA; Carga Tributária por faixas de renda, 2008 e Dias Destinados ao Pagamento de Tributos, elaboração própria.

Com isso colocado, é importante como já mencionado que tenhamos em mente que toda essa dinâmica de cooptação do Fundo Público por parte do Estado e a Tributação regressiva não são uma solução para o grande endividamento brasileiro, ou reparo pela má gestão isso acontece porque o endividamento está no centro da lógica do capitalismo em crise, crise essa, estrutural, e o Estado brasileiro opera junto às classes dominantes para garantir que existam condições favoráveis para esse grande endividamento em detrimento da classe trabalhadora brasileira. Desde a implementação do neoliberalismo no Brasil vemos diversos discursos de políticos que pretendiam diminuir a inflação, acabar com o desemprego entre outras soluções porém como já mencionado a crise é estrutural e assim as diversas medidas que se colocam não conseguem acabar com ela.

E dentro da lógica estrutural do capitalismo estão posições políticas que amparam inúmeras tomadas de decisões cujo objetivo final é a punção da riqueza socialmente produzida. Quando paramos para nos desdobrar acerca do pagamento da dívida, conseguimos enxergar que, por exemplo, o superávit primário entra em cena em 1999, e o País pode a partir de então cortar diferentes gastos de políticas públicas importantes e estruturais, mas não pode deixar de pagar os juros e amortizações da dívida. No trecho abaixo é possível encontrar diversas ações políticas que mais uma vez priorizam a dívida em detrimento de políticas sociais::

“Na nossa economia política de ajuste fiscal permanente, foram introduzidos vários mecanismos para assegurar o superávit primário e deixar os mercados financeiros calmos e bem remunerados, dos quais destacamos a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que protege a dívida em detrimento de todo o gasto público, apesar de suas democráticas lantejoulas que enganam os incautos sobre sua intenção de incentivar a boa gestão pública; e a Desvinculação de Receitas da União (DRU), mecanismo que retira hoje 30% de várias fontes de impostos e contribuições sociais, que passam a ser recursos desvinculados e vêm sendo largamente utilizados para pagar juros e encargos da dívida pública, quando deveriam financiar políticas públicas estruturantes, produzindo-se aí uma perversa alquimia (Boschetti e Salvador, 2006).”

Por tudo já mencionado até aqui é necessário que a questão do endividamento público se torne uma questão central nos debates sobre lutas sociais,

pensando nesse debate pelo viés político e econômico tendo como principal questão o capitalismo. A seguir pretendo que consigamos entender como a ofensiva neoliberal vem corroborando com a ideia de um maior endividamento público e uma maior cooptação do que é produzido pela sociedade.

2.2. Apontamentos históricos acerca do endividamento público no capitalismo dependente brasileiro

Continuando nossos estudos chegamos em uma parte crucial do nosso trabalho onde focaremos nossa atenção para que consigamos entender como se deu o processo de financeirização brasileira. Para isso pretendemos elucidar como sucedeu o processo social e econômico do Brasil, assim resgataremos Marini (2012) e suas análises acerca do desenvolvimento dialético brasileiro, além Florestan Fernandes (1975), como tentativa de elucidar as diversas lutas de classes que ocorreram ao longo da história do Brasil que acabaram por determinar o lugar que o país ocupa dentro da dinâmica do capitalismo internacional. Destacaremos então os fatos históricos, políticos e econômicos que influenciaram diretamente essa dinâmica, de forma rápida, buscando compreender as sequências dos fatos, tendo em mente o recorte temporal já escolhido na presente pesquisa.

Como sabemos o Brasil foi o último país do mundo onde a escravidão foi abolida e substituída pela mão de obra livre, isso deixou marcas para a sociedade brasileira que são feridas abertas até os dias atuais, essa dinâmica histórica pode explicar ascensão dos nossos aparelhos políticos atuais e parte do comportamento que nossa sociedade como um todo vem reproduzindo.

Apesar desse tempo histórico ser triste, se faz necessário trazer a memória para que consigamos entender como se constituiu nosso modelo atual de sociedade, e com isso, compreender melhor nossos limites internos e externos como país. Se faz necessário estudar nossa história sem nos compararmos com a Europa e países cujo desenvolvimento é incompatível com o do Brasil, e mais do que isso é compreender as dinâmicas que esses países possuem entre si e como se sucedeu as articulações que por ora foram criadas e vigoram atualmente.

Um aspecto importante é que o Brasil contraiu diversas dívidas desde o início do primeiro reinado e que essas progrediram à medida que o país se modernizou. O

que se sabe é que o Brasil se apossou das práticas de empréstimos e esses eram cobrados com juros altíssimos, o que fez o Brasil se inserir em um ciclo de pagador de juros exorbitantes onde não havia como sair, além desses empréstimos que eram realizados, “outro fator de desequilíbrio financeiro que sofremos decorria das constantes remessas para o exterior que tínhamos de fazer. Um estudioso de nossas finanças calcula que de 1850-1851 a 1890 as remessas para o exterior foram de 60.345.000 libras (Carlos Inglês de Souza : *A anarquia monetária e suas consequências*. Quadros sinóticos do movimento financeiro no Brasil). Com efeito, além dos pagamentos de juros e de amortizações que tínhamos de fazer dos empréstimos que contraímos no exterior, havia ainda a remuneração dos investimentos aqui feitos, os pagamentos dos fretes e seguros do nosso comércio exterior, as despesas com a nossa diplomacia, as remessas dos estrangeiros aqui residentes etc., reunindo um montante que ultrapassava nossa entrada de divisas, baseada quase que somente nos saldos do comércio exterior.”

Como pode ser constatado acima, o Brasil entra na fase do escravismo tardio com uma economia frágil e já subordinada ao Capital Internacional. A burguesia que se formava durante esse período foi de sobremodo “fraca”, é importante que tenhamos em mente que essa postura “fraca” beneficiava diretamente essa burguesia, a se colocar diante do capital estrangeiro, que por conta dessa dinâmica conseguiu se inserir em diversas áreas da economia brasileira, esse capital foi em maioria o Inglês, que soube estrategicamente se articular em diversas esferas relevantes da nossa economia. Essa dinâmica se instaurou e possibilitou as razões do nosso subdesenvolvimento que perdura até os dias atuais de forma que a cada dia se intensifica e acaba por colecionar traumas para o país.

Os Ingleses souberam aproveitar desse progresso que intensificava cada dia a subordinação brasileira, cabe aqui ressaltar que por conta da nossa burguesia “fraca” não houve uma possibilidade de enfrentamento dessa situação sendo assim restou apenas, no primeiro momento, uma aceitação das medidas que eram propostas. No início o processo de industrialização foi realizado através do capital inglês com empréstimos de natureza cruel aos olhos brasileiros, porém pouco tempo depois o que se viu foi um investimento direto em diversas áreas tais como: Estradas de ferro, portos, agroindústrias, companhias de gás e iluminação, moinhos, cabos submarinos, companhias de seguro, navegação fluvial, transportes coletivos e outras formas possíveis de investimentos todos esses eram controlados pelo capital inglês.

Cabe ressaltar que esse movimento de entrada do capital Inglês acarretou em uma destruição quase total da indústria artesanal que foi substituída pelos produtos industrializados da Inglaterra, como afirma Clóvis Moura (1994), é importante destacar que até os itens que eram utilizados pelos escravizados, como roupas e artefatos eram importados, exemplificando como o escravismo contribui diretamente com os capitalistas da Inglaterra.

É importante elucidar que tal como o Brasil, a América Latina também experimentou o movimento de modernização que intensificou o início do processo de dependência desses países. Estudioso deste processo, Ruy Marini(2013) atesta que durante os três primeiros quartos do século XIX a América Latina ocupou o papel de produtora de matérias-primas para os países centrais e acabou no meio dessa dinâmica, ocupando o papel de consumidora de uma parte da produção leve europeia.

Foi durante a transição para o final do primeiro quarto do Século XIX, que as mudanças no cenário mundial e entre as relações dos países ficaram mais perceptíveis. Em 1875, duas novas potências mundiais se projetavam para o cenário internacional, eram elas Alemanha e Estados Unidos, este último propôs uma política própria nos países latinos americanos o que acabou por gerar um enorme choque de interesses com a Inglaterra.

Foi durante esse período que o mundo entrou em uma esfera de monopólios, já que a industrialização pesada e com tecnologia dos países centrais obrigavam a expandir a forma de acumulação do Capital, sendo assim houve uma projeção para a América Latina que segundo Marini (2013) era:

“...a função que assume agora o capital estrangeiro na América Latina é subtrair abertamente uma parte da mais-valia criada dentro de cada economia nacional, o que aumenta a concentração do capital nas economias centrais e alimenta o processo de expansão imperialista. (MARINI, 2013, pág. 49).

O que sabemos é que foi no decorrer desse período que a América Latina viu um auge nas suas exportações, já que existia uma necessidade dos países centrais em obter matéria prima e alimentos, o que sabemos é que esse processo intensificou a dependência dos países do continente, inserido os mesmos no processo de divisão internacional do trabalho. Esse movimento gerou um controle das exportações internacionais dos países centrais em relação à economia

brasileira, “sobrando” para a burguesia do país comandar áreas secundárias da economia.

Sendo assim, o que ocorreu nos países da América Latina cuja a principal atividade era a exportação é que grande parte da mais valia ia direto para o Capital estrangeiro, e as sobras desse excedente que existiam era disputada pelos setores internos, no Brasil o fenômeno que ocorreu foi o choque entre a Burguesia Industrial e a Burguesia Agroexportadora. Assim conseguimos compreender esse primeiro período da economia brasileira entendendo a raiz do nosso endividamento, e como esse foi posto de forma dominante pelos países centrais, não existindo a possibilidade de uma outra postura do Brasil.

Para que consigamos entender melhor nosso desenvolvimento econômico, estudaremos um outro momento histórico de extrema importância para o país, podemos dizer que é usual acharmos o ano de 1930 como um período importante e decisivo na história do Brasil, isso porque foi através das transformações que ocorreram nesse período que o país rasga suas vestes de economia semicolonial, onde era exportado apenas um produto e a atividade era de sobre forma agrícola, e passa a ser visto como uma economia diversificada e desenvolvendo atividades industriais. De fato, foi durante esse período que a industrialização chega ao país. Abaixo podemos ver como Marini (2013) analisou esse processo brasileiro em plano mundial:

“A crise mundial de 1929 atuou grandemente nesse sentido. Impossibilitado de colocar sua produção no mercado internacional e sofrendo o efeito de uma demanda por bens manufaturados que já não podia ser satisfeita com importações, o país acelera a substituição de importações de bens manufaturados, desenvolvendo um processo que parte da indústria leve e chega, por volta dos anos 1940, à indústria de base. São fundamentalmente a crise da economia cafeeira e a pressão da nova classe industrial para participar do poder, os fatores que produzem o movimento revolucionário de 1930, que obriga a velha oligarquia latifundiária a romper seu monopólio político e instala no poder a equipe revolucionária encabeçada por Getúlio Vargas. (MARINI, 2013, p. 135).

Um fato importante que precisa ser destacado é que durante os anos de 1920 a 1950 o modelo que vigorou em todos os países da América Latina foi o de substituição por importação. A burguesia industrial percebe a necessidade de expandir no Brasil a indústria leve, para isso utilizou de duas medidas, a primeira foi

a abertura de frentes externas e a segunda foi a dinamização do próprio mercado interno - como a política de redistribuição de renda que teve seu ápice com Vargas em 1950, que soube utilizar do populismo.

Porém o que ocorreu foi um grande bloqueio frente a essas ações, devidos a inúmeras situações internas e externas, sendo assim a alternativa que coube a esse setor nacional foi a instauração no Brasil de uma indústria pesada, para isso utiliza do bonapartismo que sem romper com o modelo vigente consegue aproximar em um mesmo viés as classes populares e médias do país buscando erguer um novo poder nacional.

Apesar desse esforço colocado pela burguesia, o momento mundial que o planeta estava vivendo era de uma total consolidação do imperialismo e de uma hegemonia marcante dos Estados Unidos, sendo assim houve um grande assédio de organismos internacionais para implementar a economia industrial do Brasil. Mesmo resistindo em um primeiro momento a burguesia não foi capaz de fazer frente aos grandes organismos mundiais, sendo assim “A burguesia industrial latino-americana passa do ideal de um desenvolvimento autônomo para uma integração direta com os capitais imperialistas, dando lugar a um novo tipo de dependência, muito mais radical que a anterior” (MARINI, 2013, p.62).

Acredito que é importante colocarmos aqui o que Sodré (1997) elucida sobre a economia brasileira, durante os anos de 1930 à 1945, ele relata que durante esse período o Brasil não assumiu muitas responsabilidades de empréstimos. Essa fase é de extrema importância para a acumulação capitalista como um todo, vejamos que foi durante esse momento que o país se transformou em uma província exploratória dos Estados Unidos.

Seguindo sua análise Sodré (1997) elucida que durante esse período o que acontece é que em virtude das legislações protecionistas para com a indústria nacional e os empréstimos sendo usados em menor número, a exploração capitalista se dá pela via do investimento. O que se sucede é que igualmente como nos empréstimos, os investimentos geram um profundo endividamento.

Essa mudança nas bases estruturais do país, proporcionou um rompimento da burguesia e das classes populares que até pouco tempo viviam uma “lua de mel” devido às políticas que foram implementadas no cenário econômico, como visto anteriormente. A partir dessa separação a superexploração é acentuada, já que existe uma recusa sobre um dos direitos mais básicos da população: o direito ao

trabalho. Cabe aqui um ponto importante sobre esse conceito, a superexploração do trabalho constitui o princípio fundamental da economia subdesenvolvida, e se fez imprescindível no decorrer dessa fase.

Um outro fato que se faz necessário mencionar sobre esse período histórico, é justamente sobre o Pacto de 37. É válido lembrarmos que durante esse período o mundo atravessava uma crise mundial e foi justamente nesse momento oportuno que o governo brasileiro investiu uma boa parte dos seus recursos na indústria brasileira já que o mercado econômico mundial passava por uma crise econômica, dificultando a exportação dos mais diversos produtos para o Brasil, esse fato então provoca uma melhora na qualidade de vida do país como um todo, inclusive da classe trabalhadora que conquistou diversos direitos trabalhistas nesse momento, além do Estado ter criado uma infraestrutura necessária ao trabalho industrial. Cabe aqui colocar que nesta conjuntura a burguesia brasileira era composta por duas camadas: a burguesia agrária e a burguesia industrial.

É importante que tenhamos em mente que até os anos de 1937 as forças políticas da época se mantiveram em um equilíbrio instável, o Estado Novo instaurado por Vargas é vestido como um regime bonapartista, que governou sem opressão aberta e com respaldo em legislações sociais avançadas, juntamente com um forte aparelho policial e de propaganda, Marini destaca a questão que para ele é importante que ocorreu durante esse período:

“A questão fundamental está em compreender por que a revolução de 1930 conduziu a esse equilíbrio político e, mais exatamente, por que tal equilíbrio se baseou em um compromisso entre a burguesia e a antiga oligarquia latifundiária e mercantil. (MARINI, 2013, p.136).”

E ele segue sua análise identificando uma chave que nos faz compreender a dinâmica que é colocada durante esse período:

“Esta reflexão também leva a descartar a tese de uma revolução permanente da burguesia, posto que sua revolução deve ser enquadrada no período entre 1930 e 1937. O Estado Novo não significa apenas a consolidação da burguesia no poder: representa também a renúncia dessa classe a qualquer iniciativa revolucionária, sua aliança com as velhas classes dominantes contra as alas radicais da pequena-burguesia - bem como das massas proletárias e camponesas - e a canalização do desenvolvimento capitalista nacional pela via traçada pelos interesses da coalizão dominante que o mesmo expressa. (MARINI, 2013, p. 139).”

Apesar deste ser um bom momento para a totalidade do país, a história nos mostra que acabou durando pouco tempo isso porque em meados do ano de 1945 o pacto não funciona mais como antes, o mundo já havia se recuperado de sua última crise e necessitava de grãos e produtos primários, basicamente obrigando o Brasil a não mais produzir focado nas necessidades internas do país e voltar a produzir para sanar as necessidades dos países centrais. Percebe-se que todo nosso processo de industrialização foi submisso aos países do centro, Sodré (1982, p. 58) desenvolveu tal proposição nos seguintes termos: “o desenvolvimento capitalista brasileiro é contemporâneo do declínio capitalista em escala mundial.”

Com esse cenário posto, o que se tinha era tensões das diferentes classes sociais, isso porque nenhuma fração da sociedade brasileira queria abrir mão de sua parte do fundo público, e o Estado não conseguia mais administrar os conflitos existentes. Foi justamente nesse caos que Vargas se suicidou e logo em seguida o Brasil abre de vez as portas para o capital externo.

Agora que compreendemos melhor as interfaces que foram colocados durante esse período, seguiremos nossa análise pela linha temporal, porém é necessário que venhamos a destacar que durante o primeiro período de industrialização o Brasil já aceitava de forma passiva as decisões propostas pelos estadunidenses e isso vai se agravando de uma forma que o país deixa de ter essa posição para de fato colaborar ativamente com a expansão imperialista realizada pelo Estados Unidos. É necessário frisar também as diversas correlações de forças que existiam até mesmo como já mencionado antes entre as diversas camadas da burguesia brasileira.

Cabe aqui ressaltar que até 1956, nenhuma ação política econômica foi tomada capaz de alterar o equilíbrio das classes dominantes, exceto pela Instrução de 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), abaixo vemos o que foi essa Instrução e seus impactos para a economia brasileira:

“Essa Instrução, sem alterar o sistema de câmbio vigente, facilitava excepcionalmente a entrada de capitais estrangeiros, na medida em que permitia que as máquinas e os equipamentos introduzidos no país por empresas estrangeiras não tivessem cobertura cambial, exigência que era mantida para as empresas nacionais. Sob a vigência dessa norma, combinada com a lei 2.145/54, isto é, entre

1955 e 1961, o montante total de capitais estrangeiros que entraram no país sob a forma de financiamento ou investimento direto foi de cerca de 2,3 bilhões de dólares. Fato que, como veremos, não poderia deixar de ter influência sobre o equilíbrio social e político existente. Por essa via, a burguesia industrial tomava uma posição frente à crise que surgirá no setor externo. Agoniada pela escassez de divisas, que ameaçava colapsar todo o sistema industrial, a burguesia aceitava que as divisas necessárias para a superação dessa crise fossem fornecidas pelos grupos estrangeiros, concedendo-lhes, em troca, uma ampla liberdade de entrada e de ação e renunciando, portanto, à política nacionalista que havia sido esboçada com Vargas. As condições especiais da economia estadunidense, mais que nunca necessitada de novos campos de investimento, garantiam o acordo. (MARINI, 2013, p. 80). “

Ainda de acordo com análise de Marini (2013) em 1956, Juscelino Kubitschek assume a presidência da República e de cara já desenvolve uma grande plano para economia brasileira, o plano de metas, que já foi implementado em 1957, esse plano tinha como principais diretrizes o investimento público em setores básicos e a facilitação da entrada de capital estrangeiro. Com essas mudanças instauradas no Brasil houve um aumento na expansão econômica, e é claro do capital estrangeiro, nesse âmbito podemos ver que os investimentos foram quase que totais em infraestrutura e indústria leves e pesadas, e ainda, devemos considerar que grande parte desse capital veio associado às indústrias nacionais, com essa dinâmica instaurada o que aconteceu foi um perceptível aumento de influência na sociedade política de grupos estrangeiros internacionais no Brasil.

É interessante mencionar que a capitalização que foi realizada durante o governo de JK, proporcionou uma trégua entre a burguesia agroexportadora e a burguesia industrial, e isso se deu pelo investimento do Capital estrangeiro na indústria que provocou um aumento de exportações e assim um aumento de lucros. A grande questão é que com os investimentos estrangeiros e essa tentativa de minimizar o divórcio entre ambos setores da economia brasileira o que ocorreu foi um grande caos social para a população rural que começou a ver uma escassez de empregos, aumento da miséria e assim ficou evidente a necessidade de realizar uma reforma agrária.

É a partir de 1959 que começamos a enxergar um novo fator que afeta diretamente a economia brasileira, que tem sua raiz na ascensão dos movimentos sindicais que começa a pressionar o governo por conta da queda do poder de compra da população. E foi através dessa pressão que em 1961 os salários

sofreram seu primeiro aumento que estava em queda desde 1956. É importante que tenhamos em mente que as transformações que ocorreram na década de 1960 no Brasil, não se limita a questão da política externa ou interna mas muito tem a ver com a luta de classes que acontecia no jogo político brasileiro, e ter em mente que nenhum fato se desenha isoladamente mas de uma forma conjunta com todos os atores se influenciando concomitantemente.

Em 1961 o Brasil agora tem seu governo nas mãos de Jânio Quadros, economicamente sua medida mais importante foi a reformulação cambial, “o novo esquema cambial criava apenas um mercado para as importações e exportações, no qual a taxa de câmbio era fixada livremente - deixando assim de ser um dos instrumentos primordiais da política econômica.” Vejamos abaixo como Marini (2013) enxerga essa política econômica externa:

“Simultaneamente, o governo tratou de aliviar o setor externo em duas outras direções: primeiro, negociando a recomposição da dívida externa, enquanto tramitava a obtenção de novos créditos nos Estados Unidos, na Europa e, um pouco mais tarde, também nos países socialistas; segundo, propondo a reformulação do comércio exterior, com o objetivo de ampliar o mercado para as exportações tradicionais, mas também de diversificar as exportações, com a inclusão de produtos manufaturados. (MARINI, 2013, p. 93).”

E continuou:

“A política externa apareceu como a face mais espetacular do governo de Jânio, que a utilizou conscientemente para solucionar não apenas o problema de mercado que coagia a economia brasileira, mas o problema dos créditos externos que eram necessários. Isso permitiu que o Brasil se apresentasse como uma das estrelas na Conferência de Punta del Este, em agosto de 1961, da qual sairia a Aliança para o Progresso. Jânio mostrava que evolui cada vez mais na direção de uma posição de autonomia no plano internacional, disposto a aproveitar-se, ao estilo de Nasser, das vantagens que isso poderia proporcionar-lhe: decidiu enviar um diplomata de alto escalão para a Conferência de Belgrado (não-alinhada), marcada para setembro; condecorou o ministro cubano Ernesto Che Guevara; estabeleceu correspondência pessoal com o premiê soviético Nikita Krushev, na qual se expunha abertamente a possibilidade de ajuda econômica para o Brasil; e preparou cuidadosamente a delegação brasileira que participaria da sessão anual das Nações Unidas. (MARINI, 2013, p. 94)”.

De acordo com a análise do autor essa política gerou descontentamento de diversos lados da sociedade brasileira, e o até então presidente decidiu se apoiar em

sua própria força pessoal fato esse que não teve êxito, em Agosto de 1961 Jânio renuncia seu cargo e assim, o Brasil sofre sua primeira tentativa de golpe que iria se concretizar em 1964, essa primeira tentativa foi frustrada muito devido a resistência de Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul. Com isso, João Goulart chega ao poder em meio a um caos burocrático e seu governo precisou lidar de frente com as questões econômicas que o país estava passando, para isso esse elaborou um plano econômico o chamado Plano Trienal de Desenvolvimento (1963- 65), que em linhas gerais, tratava-se de um conjunto de medidas destinadas a reativar o crescimento econômico e a promover progressivamente um regresso à estabilidade monetária, juntamente com isso o plano propunha a realização de reformas estruturais: administrativa, bancária, fiscal e agrária. Já de antemão é possível dizer que o plano não conseguiu alcançar sucesso, para que seja possível entender o porque trazemos uma análise que nos ajudará a perceber as contradições que esse tinha em seu corpo de formação:

“O fracasso do Plano Trienal, ainda em 1963, não se deveu em última instância ao fato de que se tratava de uma programação falha, mas à própria contradição que se encontrava na base do governo de Goulart. Nascido de um movimento popular que iniciou-se em agosto de 1961 e culminou com o plebiscito de 1963, esse governo tinha como missão, do ponto de vista da burguesia, restabelecer as condições necessárias à rentabilidade dos investimentos - isto é, deter a tendência à queda acusada pela taxa de lucros. Em longo prazo, isso significava ampliar o mercado interno através de uma reforma agrária que, enquanto não desse resultados, seria compensada pela ampliação do mercado exterior buscada pela política externa. Em curto prazo, tratava-se de disciplinar o mercado existente, contendo o movimento reivindicativo das classes assalariadas. Ou seja: trazendo o selo de um governo popular, exigia-se que o governo de Goulart tivesse uma atuação impopular, reprimindo as reivindicações das massas. Assim, quando, na esteira do protesto dos grupos independentes de esquerda e dos sindicatos, o PCB se viu forçado a condenar o Plano Trienal - o primeiro fruto de um governo que tinha todo seu respaldo -, não fazia, na verdade, mais que confessar a impossibilidade de sua “frente única” operário-burguesa. Essa condenação, efetivamente, teria que ser feita pelo PCB qualquer que fosse o plano econômico do governo, já que não são as fases cíclicas de depressão as mais indicadas para que se estabeleça uma colaboração de classes entre a burguesia e o proletariado.(MARINI, 2013, p 99)”.

O que estava colocado era um aumento das mobilizações das massas porém com uma grande diversidade entre si, essa polarização e radicalização influenciou diretamente a postura da classe dominante que se viu receosa com essa postura da

população em geral. O que ocorreu foi que na tentativa de frear esse comportamento dos movimentos populares a classe dominante armou milícias e patrulhas para combater diretamente esse grupo. É importante frisar que a penetração do setor estrangeiro na economia nacional, na política e na indústria também contribuíram para dissolver ainda mais a resistência burguesa.

Já durante os primeiros meses do ano de 1964 Goulart em uma tentativa desesperada de amenizar a crise política, econômica e social que seu governo enfrentava se voltou totalmente para a esquerda porém com a rebelião dos marinheiros sua tentativa foi frustrada e esse não conseguiu se manter no poder e a partir dessa data o Brasil se vê em uma ditadura militar.

Antes de seguimos com a análise acerca desse período, é importante que tenhamos em mente o porquê foi possível implementar um regime ditatorial que anos antes não havia sido possível e para isso utilizaremos a seguinte análise:

“A análise dos fatos mostra claramente que aqueles que veem o atual regime militar do Brasil como o resultado de uma ação externa estão equivocados. A tentativa fracassada de 1961 expressou claramente que uma intervenção militar só poderia ter êxito se: a) correspondesse a uma situação objetiva de crise da sociedade brasileira; e b) estivesse inserida no jogo das forças políticas em conflito. O respaldo que os militares receberam da pequena burguesia - expresso na “Marcha da Família”*, que reuniu, no dia 2 de abril de 1964, um milhão de manifestantes no Rio - é um sinal evidente de que a ação das forças armadas correspondia a uma realidade social objetiva. Outra confirmação é a adesão unânime das classes dominantes. MARINI, 2013, p. 105).

O regime militar implantado em 1964 é um capítulo à parte da economia externa brasileira, onde o principal objetivo foi manter uma boa relação entre a burguesia nacional e a hegemonia mundial. Já no início do governo de Castello Branco(1964 - 1967) era possível perceber como seguiria a relação do Brasil para com os Estados Unidos , de fato, o regime militar passou a ser considerado um fantoche nas mãos do Pentágono e do Departamento de Estado.

Seguindo seu plano durante o regime militar, o governo brasileiro além de se alinhar fortemente com os Estados Unidos, revela o desejo de se tornar o centro de irradiação da América Latina. Isso pode ser colocado da seguinte forma, que devido a instalação de parques industriais estrangeiros no Brasil houve uma grande onda de desemprego e era necessário expandir o território. Segundo Marini (2013), essa dinâmica pode ser analisada da seguinte maneira: “O que se propôs foi a expansão

imperialista do Brasil na América Latina, que corresponde na realidade a um subimperialismo, ou a uma extensão indireta do imperialismo estadunidense (não nos esqueçamos de que o centro de um imperialismo desse tipo seria uma economia brasileira integrada à estadunidense). Essa tentativa de integrar a América Latina econômica e militarmente, sob o comando do imperialismo estadunidense e com o apoio do Brasil, sofreu posteriormente muitas vicissitudes e segue sendo hoje uma intenção. Esclareceu, entretanto, fatores valiosos para avaliar as perspectivas do processo revolucionário brasileiro e, em última instância, latino-americano. (Marini, 2013.)” Essa expansão imperialista brasileira acaba gerando uma maior exploração das massas de trabalhadores nacionais.

Após entender todas essas articulações já colocadas é possível compreender que a ditadura militar aparece como uma consequência inevitável do desenvolvimento brasileiro e como uma tentativa de gerar novas perspectivas para o desenvolvimento no sentido da atenção às demandas das diversas camadas da burguesia do país. Quando analisamos o desenvolvimento brasileiro é possível perceber as diversas nuances que esse possui e foi através desse desenvolvimento que nosso quadro atual é de extrema dependência perante o capital estrangeiro e países que ocupam o centro do capitalismo internacional. E para terminar essa parte da reflexão resgataremos Marini (2013) e sua análise acerca do desenvolvimento político brasileiro: “O desenvolvimento industrial capitalista foi, na realidade, o que prolongou a vida do velho sistema semicolonial de exportação no Brasil. Seu desenrolar, no lugar de libertar o país do imperialismo, vinculou-o ainda mais estreitamente a esse sistema e acabou por conduzi-lo à presente etapa subimperialista, que corresponde à impossibilidade definitiva de um desenvolvimento capitalista autônomo no Brasil. (Marini, 2013)”.

3. NEOLIBERALISMO, DÍVIDA PÚBLICA E FUNDO PÚBLICO NO BRASIL DEPENDENTE

3.1 O Neoliberalismo no Desenvolvimento Capitalista Dependente Brasileiro

Para que consigamos dar uma continuidade a nossa pesquisa começaremos uma análise eficiente de como se sucedeu a investida e a implementação do neoliberalismo no Brasil que culminou com o aumento expressivo da dívida pública brasileira e em seguida a consolidação do Plano Real.

No entanto, após os apontamentos sobre o desenvolvimento capitalista dependente brasileiro no capítulo anterior, consideramos oportuno, antes de seguir, brevemente retomar a dinâmica estrutural do capitalismo dependente latino-americano, trazendo alguns conceitos. Aqui precisamos compreender o lugar ocupado pela América Latina sob a ótica do Capitalismo dependente, esse lugar não é uma mera ocasionalidade do destino. Com o objetivo de reforçar o que foi dito anteriormente, vamos destacar o que é dependência para Marini (2005):

“Entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. A consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida (MARINI, 2005, p. 141)”.

Seguindo nosso objetivo de compreender melhor as faces dessa dinâmica, precisamos entender como se deu o início da integração da América Latina ao mercado mundial, abaixo novamente buscamos Marini (1973) para uma melhor apreensão da realidade:

“Forjada no calor da expansão comercial promovida no século 16 pelo capitalismo nascente, a América Latina se desenvolve em estreita consonância com a dinâmica do capitalismo internacional. Colônia produtora de metais preciosos e gêneros exóticos, a América Latina contribuiu em um primeiro momento com o aumento do fluxo de mercadorias e a expansão dos meios de pagamento que, ao mesmo tempo em que permitiam o desenvolvimento do capital comercial e bancário na Europa, sustentaram o sistema manufatureiro europeu e propiciaram o caminho para a criação da grande indústria. A revolução industrial, que dará início a ela, corresponde na América Latina à independência política que, conquistada nas primeiras décadas do século 19, fará surgir, com base na estrutura demográfica e administrativa construída durante a Colônia, um conjunto de países que passam a girar em torno da Inglaterra. Os fluxos de mercadorias e, posteriormente, de capitais têm nesta seu ponto de entroncamento: ignorando uns aos outros, os

novos países se articularão diretamente com a metrópole inglesa e, em função dos requerimentos desta, começarão a produzir e a exportar bens primários, em troca de manufaturas de consumo e — quando a exportação supera as importações — de dívidas.(MARINI,1973, p.2).”

É a partir dessa dinâmica que a América Latina se insere na divisão internacional do trabalho, culminando a frente em uma extrema dependência que se estabelece concretamente com o surgimento da grande indústria. Entende-se assim que a relação de dependência existente não pode ser superada se não pelo fim do desenvolvimento de manutenção da hierarquia de poder.

Cabe ressaltar que posteriormente ao surgimento da indústria a América Latina cumpriu a função de fornecedor de alimentos e matérias primas para os países industriais, essas exportações acabaram por contribuir para uma maior expansão industrial dos países centrais. Assim, podemos afirmar que esse processo e lugar em que América Latina ocupou perante ao cenário mundial acabou culminando com a substituição da “mais valia absoluta” pela “mais valia relativa”. Podemos dizer em outras palavras que a América Latina proporcionou uma diminuição dos bens necessários para a reprodução da mão de obra admitindo dessa forma que uma maior parcela do valor produzido fique nas mãos do capitalista.

Abaixo nas palavras de Marini (1973) conseguimos entender melhor esse mecanismo utilizado pelos capitalistas:

“Isso se deve ao fato de que a determinação da taxa de mais-valia não passa pela produtividade do trabalho em si, mas pelo grau de exploração da força de trabalho, ou seja, a relação entre o tempo de trabalho excedente (em que o operário produz mais-valia) e o tempo de trabalho necessário (em que o operário reproduz o valor de sua força de trabalho, isto é, o equivalente a seu salário). Só a alteração dessa proporção, em um sentido favorável ao capitalista, ou seja, mediante o aumento do trabalho excedente sobre o necessário, pode modificar a taxa de mais-valia. Para isso, a redução do valor social das mercadorias deve incidir nos bens necessários à reprodução da força de trabalho, os bens-salário. A mais-valia relativa está ligada indissolúvelmente, portanto, à desvalorização dos bens-salário, para o que contribui, em geral, mas não necessariamente, a produtividade do trabalho. (MARINI, 1973, p. 7).

Em conjunto com o que já foi dito anteriormente, precisamos ter em mente o que os estudiosos denominam de troca desigual ou intercâmbio desigual, que de

maneira simples podemos dizer que se baseia em transferências de valor onde majoritariamente vemos países imperialistas estabelecerem relações com países dependentes para obterem maiores lucros. Novamente utilizaremos Marini (1973) para elucidar essa exposição.

“E assim como, por conta de uma maior produtividade do trabalho, uma nação pode apresentar preços de produção inferiores a seus concorrentes, sem por isso baixar significativamente os preços de mercado que as condições de produção destes contribui para fixar. Isso se expressa, para a nação favorecida, em um lucro extraordinário, similar ao que constatamos ao examinar de que maneira os capitais individuais se apropriam do fruto da produtividade do trabalho. E natural que o fenômeno se apresente sobretudo em nível da concorrência entre nações industriais, e menos entre as que produzem bens primários, já que é entre as primeiras que as leis capitalistas da troca são exercidas de maneira plena; isso não quer dizer que não se verifiquem também entre estas últimas, principalmente quando se desenvolvem ali as relações capitalistas de produção. No segundo caso — transações entre nações que trocam distintas classes de mercadorias, como manufaturas e matérias primas — o mero fato de que umas produzam bens que as outras não produzem, ou não o fazem com a mesma facilidade, permite que as primeiras iludam a lei do valor, isto é, vendam seus produtos a preços superiores a seu valor, configurando assim uma troca desigual. Isso implica que as nações desfavorecidas devem ceder gratuitamente parte do valor que produzem, e que essa cessão ou transferência seja acentuada em favor daquele país que lhes venda mercadorias a um preço de produção mais baixo, em virtude de sua maior produtividade. Neste último caso, a transferência de valor é dupla, ainda que não necessariamente apareça assim para a nação que transfere valor, já que seus diferentes provedores podem vender todos a um mesmo preço, sem prejuízo de que os lucros se distribuam desigualmente entre eles e que a maior parte do valor cedido se concentre em mãos do país de produtividade mais elevada. (MARINI, 1973, p.10).”

Por conta desse processo exposto, os capitalistas dos países dependentes utilizam a superexploração do trabalho, e assim fica evidenciado como os Estados dependentes possuem um caráter genocida para com sua própria população, essa dinâmica de super explorar os trabalhadores é tido como uma forma de compensar as perdas que tiveram com as relações criadas internacionalmente. Essa pode se dar através de três formas (MARINI, 2005, p.154):

- Do aumento da intensidade do trabalho como um aumento da mais-valia, obtido através de uma maior exploração do trabalhador e não do incremento de sua capacidade produtiva;
- Da prolongação da jornada de trabalho, ou seja, o aumento da mais valia absoluta na sua forma clássica;
- A redução do consumo do operário mais além do seu limite normal.

Importante se atentar que a característica econômica e social presente da América Latina contribui diretamente para um aumento exponencial da superexploração da força de trabalho, aqui diferentemente do que ocorre nos países centrais existe a impossibilidade de aumentar o mercado interno consumidor, como Marini (2005) afirma: “o consumo individual do trabalhador não interfere na realização do produto, mesmo interferindo na mais valia”, essa particularidade contribui diretamente para o aumento da superexploração, já que não existe a preocupação do trabalhador consumidor como acontece na Europa.

Abaixo temos um gráfico que evidencia uma das formas de superexploração com o aumento dos acidentes de trabalho.

Tabela 02 - Evolução do número de acidentes de trabalho

Evolução do número de acidentes de trabalho						
Período	Acidentes Típicos	Acidentes de Trajeto	Doenças do Trabalho	Total de Acidentes	Mortes	Incapacidade Permanente
1990	632.012	56.343	5.217	693.572	5.355	18.878
1991	579.362	46.679	6.281	632.322	4.527	19.972
1992	490.916	33.299	8.299	532.514	3.516	16.706
1993	374.167	22.709	15.417	412.293	3.110	16.895
1994	350.210	22.824	15.270	388.304	3.129	5.962
1995	374.700	28.791	20.646	424.137	3.967	15.156
1996	325.870	34.696	34.889	395.455	4.488	18.233
1997	347.482	37.213	36.648	421.343	3.469	17.669
1998	347.738	36.114	30.489	414.341	3.793	15.923
1999	326.404	37.513	23.903	387.820	3.896	16.757
2000	304.963	39.300	19.605	363.868	3.094	15.317
2001	282.965	38.799	18.487	340.251	2.753	12.038
2002	323.879	46.881	22.311	393.071	2.968	15.259
2003	325.577	49.642	23.858	399.077	2.674	13.416
2004	375.171	60.335	30.194	465.700	2.839	12.913
2005	398.613	67.971	33.096	499.680	2.766	14.371
2006	407.426	74.636	30.170	512.232	2.798	9.203
2007	417.036	79.005	22.374	518.415	2.845	9.389
2008	441.925	88.742	20.356	551.023	2.817	13.096
2009	421.141	89.445	17.693	528.279	2.496	13.047

Fonte: Anuário Estatístico da Previdência Social- MPAS/ Elaboração: Dieese

Observando essa dinâmica é interessante relacionar tudo que já colocamos com o processo de industrialização nos países dependentes latino americanos,

abaixo segue um resumo de como todo processo existente na América Latina interfere na industrialização da mesma e como isso impacta diretamente na população.

“Esta situação leva também a um processo de industrialização diferenciado em relação aos países centrais. Enquanto nas economias clássicas o processo de industrialização corresponde ao aumento da produtividade dos produtos de consumo popular (esfera baixa de consumo) e com isso permite a ampliação de produtos supérfluos (esfera alta de consumo), na industrialização latino-americana, a demanda por parte dos trabalhadores dos produtos industrializados não desempenha papel significativo, a indústria se concentrando assim na produção bens para a esfera alta do consumo. Nas primeiras, o aumento da produtividade influi diretamente na taxa de mais-valia ao se tratar da produção de produtos, antes supérfluos, que são incorporados pela demanda de consumo dos trabalhadores. É esse aumento da taxa de mais-valia que possibilita a produção e o consumo de novos produtos supérfluos na esfera alta da circulação, que por sua vez tem seu limite nessa esfera e são popularizados, sendo incorporados a demandas de consumo dos trabalhadores. Por sua vez, a industrialização dos países dependentes se dá para atender a esfera alta quando fatores internacionais impossibilitavam a importação desses produtos dos países centrais. Assim a indústria débil formada na América Latina atende a uma demanda das classes altas apenas na impossibilidade de ser atendida pela indústria dos países centrais, sendo assim uma demanda superior à própria oferta que essa indústria local oferece. (AZEVEDO,2014, p.23)

Aqui ressaltamos que apesar da produção ser direcionada para as camadas médias da população foi necessário uma incrementação da indústria e isso foi solucionado com a importação da tecnologia estrangeira, cabe expor que essas tecnologias eram de sobre forma obsoleta. Para o ciclo do Capital girar se faz necessário que os países centrais eliminem suas tecnologias antigas para dar lugar a novas técnicas, esse movimento faz com que os países periféricos continuem cada vez mais dependentes, incluindo a esfera tecnológica.

Acredito que essa breve síntese do desenvolvimento econômico e social do capitalismo dependente facilita uma melhor direção e compreensão do nosso estudo, que agora avança para a compreensão particular do desenvolvimento capitalista dependente brasileiro em tempos neoliberais. Essa complexidade notória na dinâmica econômica brasileira levou o país a ser o último da América Latina a implantar o projeto neoliberal, diversas frações do Capital realizavam uma disputa política além do fato de que nos anos 80 houve um enorme protagonismo dos

movimentos sociais que apesar de sua grande importância frente às classes dominantes não conseguiram tornar hegemônico seu plano e com isso foram vencidos frente a unificação das múltiplas frações do capital – que redundou na Ditadura Militar, como analisamos no capítulo anterior.

A crise dos anos 80 motivou as diversas partes do Capital a buscar soluções para freá-la, era possível encontrar uma parcela que julgava a redefinição do Modelo de Substituição de Importações a melhor alternativa, e outras que defendiam um modelo neodesenvolvimentista como solução a crise do Modelo de Substituição de Importações, porém com o fracasso do Plano Cruzado, o projeto neoliberal foi se consolidando e fortalecendo e em 1990 o liberalismo pode ser colocado da seguinte maneira:

“..que já havia adentrado na maior parte da América Latina, implanta-se no Brasil, com toda força, a partir do Governo Collor. O discurso liberal radical, combinado com a abertura da economia e o processo de privatizações inaugura o que poderíamos chamar da “Era Liberal” no Brasil. Até então, apesar da existência de algumas iniciativas nesse sentido, durante o Governo Sarney, e de uma já forte massificação e propaganda dessa doutrina nos meios de comunicação de massa, havia uma forte resistência à mesma, calcada principalmente, na ascensão política, durante toda a década de 1980, dos movimentos sociais e do movimento sindical. A Constituição de 1988, apesar de seus vários equívocos, foi a expressão maior dessa repulsa da sociedade brasileira, por isso mesmo, ela foi alvo privilegiado tanto do Governo Collor quanto do Governo Cardoso, que recolocou, mais tarde, o projeto liberal nos trilhos (Filgueiras, 2000: 83-84).”

A vitória desse projeto proporcionou uma nova dinâmica nas relações políticas das partes que constituíam a sociedade brasileira, acabou por expor a fragilidade financeira do Estado e a clara subordinação de forma crescente aos grandes capitais internacionais. Com isso, houve uma nova configuração dos blocos hegemônicos que segundo Filgueiras (2006) a partir dessas novas alterações ficaram desenhados da seguinte forma:

“Assim, nessa nova configuração, faz parte da fração hegemônica , do bloco dominante: o capital financeiro internacional –expresso na movimentação dos fundos de pensão, dos fundos mútuos de investimentos e dos grandes bancos dos países desenvolvidos–; os grandes grupos econômico-financeiros nacionais , que conseguiram sobreviver, até aqui, ao processo de globalização, em função de sua capacidade competitiva ou através da associação (subordinada) com capitais estrangeiros; e o capital produtivo multinacional (associado

ou não ao capital nacional). Todos eles tendo aumentado suas respectivas influências no bloco dominante. (Filgueiras, 2006, p. 183-184).”

Importante elucidar a diferença da lógica financeira que encontra-se na razão do Capital desde os primórdios e a forma atual do desenvolvimento capitalista, o Capital financeiro, que de forma dominante articula e domina os diversos setores da sociedade de acordo com seus próprios interesses.

Um fato interessante que ajuda a entender a implementação do projeto neoliberal é que esse possui um aliado importante, a classe média alta, os novos ricos que rejeitam de forma abrupta qualquer coisa parecida com o Estado de Bem Estar Social que na Europa chegou a se consolidar mas nunca ocorreu no Brasil. E por fim, apesar do projeto neoliberal não atender as necessidades e interesses das classes trabalhadoras o discurso que é usado para a implementação da mesma acaba sendo incorporado pela população e isso se dá pela forma como ele é passado pela grande mídia brasileira, tendo como teoria uma diminuição dos privilégios dos funcionários públicos e dos gastos excessivos do Estado.

Seguindo nossa análise sobre o projeto neoliberal quando focamos a atenção no trabalhador conseguimos compreender como foi danosa essa mudança econômica e política, basta olharmos para a taxa de desemprego dos anos 90 que tiveram um aumento significativo muito por conta da reestruturação das empresas, públicas e privadas, além do mais com a implementação do plano real, como veremos mais à frente, esse cenário piorou de uma forma ainda mais acentuada. Essa conjuntura veio acompanhada de uma desregulamentação do mercado, onde foi possível observar prolongamentos de jornadas de trabalho, redução de rendimentos e outros benefícios, flexibilização de direitos trabalhistas e ampliação da informalidade. Isso tudo juntamente com um enfraquecimento enorme dos movimentos sindicais que não conseguiram se organizar de forma a barrar essas reformas. Segue abaixo um dado importante desse momento:

“Do ponto de vista da distribuição da renda –e como expressão mais geral, e resultado direto, desse processo– assistiu-se, desde o início da implementação do modelo neoliberal, a uma redução da participação do montante total dos rendimentos do trabalho na renda nacional (de mais de 50% para apenas 36%), tendo por contrapartida o crescimento da participação do montante total dos rendimentos do capital, especialmente os juros

do capital financeiro, e das receitas fiscais do Estado. (Filgueiras, 200, p. 188).”

Quem teve sua riqueza potencializada durante esse período foi o sistema financeiro e não a produção e justamente por conta disso é que houve um aumento de famílias ricas e suas respectivas posses. Segundo Filgueiras (2006): “O que ocorreu nas duas últimas décadas no Brasil foi uma concentração da riqueza num tipo específico de mercado financeiro, o da dívida pública.”

Nota-se que da mesma forma que houve uma desregulamentação das empresas o Estado também passou por esse processo tornando um espaço de disputa de classes e setores diferentes da sociedade. A quebra de monopólios do Estado e as diversas privatizações acabaram por enfraquecer a presença do Estado em diversos setores produtivos com isso acabou por favorecer diretamente grupos internacionais e nacionais, sendo assim foi redefinido a força política de diferentes grupos econômicos, além da permissão de demissões em massas e do enfraquecimento dos sindicatos. Importante destacar o peso que a reforma administrativa teve possibilitando a flexibilização de contratos, de demissão e uma nova forma de vínculo para além dos concursos públicos.

Essas medidas que precisaram ser implementadas acabaram por agravar a dependência econômica do Brasil e proporcionam uma intensa briga das frações do Capital, segue abaixo uma pequena análise sobre:

“O resultado mais geral de todas essas mudanças foi o de atualizar, radicalizando-a, a dependência tecnológica e financeira do país, agravando a vulnerabilidade externa da economia brasileira e a fragilidade financeira do Estado. É da natureza do modelo neoliberal periférico a reiteração permanente dessa vulnerabilidade e fragilidade, como condição de reprodução do capital financeiro e, portanto, de sua própria reprodução. Assim, a dinâmica do modelo é, intrinsecamente, instável. E isto é verdadeiro mesmo quando da existência de superávits comerciais no balanço de pagamentos. (Filgueiras, 2006, p.96).”

As políticas neoliberais ocasionaram uma mudança no perfil das classes trabalhadoras no Brasil, o que se viu foi uma redução dos trabalhadores indústrias e assalariados e um aumento dos trabalhadores que atuam na informalidade, segundo, foi possível observar um empobrecimento da classe média associada ao MSI e os assalariados funcionários públicos, que foram atingidos em cheio pela

reforma administrativa. Essas mudanças atingiram os sindicatos que desde 1989, com a eleição de Collor foram empurradas para um campo defensivo de atuação.

Apesar de tudo que já foi pontuado o projeto neoliberal não conseguiu ser implementado de um forma hegemônica, de fato, esse conseguiu alcançar diversos setores da sociedade com discurso que prometia acabar com inúmeros privilégios, com isso o que podemos ver é que esse discurso acabou colocando diferentes segmentos sociais em par de disputa quando sequer existia uma. As políticas assistenciais focalizadas também seguem a lógica neoliberal como podemos ver abaixo:

“Além disso, têm-se também as políticas sociais compensatórias dirigidas a esses segmentos que, na realidade, se constituem na contra face do superávit fiscal primário que é destinado ao pagamento dos juros do capital financeiro. A lógica neoliberal é a de reduzir os recursos para as políticas sociais universais, transferindo-os para o pagamento dos juros da dívida pública. As políticas sociais focalizadas aparecem nesse contexto como instrumento político desse objetivo. Em síntese, as políticas sociais devem ser restritas, dirigidas seletivamente apenas para os *mais pobres entre os pobres*. (FILGUEIRAS, 2006, P.202)”.

Com a política Neoliberal já implementada, o próximo passo que sucedeu a burguesia brasileira juntamente com diversos mecanismos internacionais, foi a execução do Pacto de Classes que culminou com o que conhecemos como Plano Real. Antes de começarmos a explicar como isso ocorreu é necessário lembrar que em 1993, Fernando Henrique Cardoso propagou de forma exaustiva que a inflação era o mal a ser combatido no país, o mito de uma moeda forte foi o que garantiu a vitória de FHC.

E assim conseguimos enxergar como se deu o Pacto de Classes, foi através do fantasma da inflação que a população acreditou fielmente que essas transformações dentro da sociedade seriam de sobremodo benéfica para elas, a inflação passou a ser o maior mal que a sociedade poderia ter, porém buscando Ouriques é possível perceber essa contradição:

“...a inflação foi sempre uma estratégia para transferir riqueza das classes populares para a classe dominante, o que tem levado alguns economistas a reconhecê-lo como resultado de um conflito distributivo. Contudo, isto não nos impede de afirmar que em períodos de inflação alta os trabalhadores podem perder menos do que em períodos de inflação baixa, e é assim que podemos destacar o caráter mitológico do combate à inflação que, em nome 35 de

diminuir as perdas das classes subalternas, não faz mais que aprofundar sua exploração. (OURIQUES, 1997b, p. 132)”

O Pacto de classes sustenta-se sobre três pilares que acabam por paralisar o Brasil, o primeiro é um gigantesco endividamento estatal tanto interno como externo. Abaixo uma análise de Nildo Ouriques (2014) que consegue retratar bem essa estaca:

“Em junho de 1994, a dívida interna não superava R\$ 64 bilhões e FHC concluiu seu segundo governo com R\$ 700 bilhões. Lula não ficou atrás: após oito anos, a dívida interna alcançou R\$ 1,5 trilhão e Dilma tampouco vacilou em superar os R\$ 3 trilhões. Na mesma direção, o endividamento privado externo voltou a crescer e contribui de maneira direta para manter o automatismo da dívida segundo o qual quanto mais o país “paga”, mais a dívida cresce.. (OURIQUES, 2014).

Esse endividamento exagerado trouxe consequências severas para o Brasil, a começar que em nenhum período da história foi destinado menos de 30% do PIB para o pagamento dos juros e dividendos da dívida. Além disso, proporcionou um bloqueio do investimento estatal e contribuiu para a narrativa neoliberal da austeridade fiscal.

O segundo pilar do Plano Real é a superexploração dos trabalhadores que teve sua narrativa fácil de disfarçar devido ao grande exército industrial de reserva existente, isso por conta das demissões e uma desregulamentação das empresas. É importante destacar que essa dinâmica onera os trabalhadores em uma tentativa de compensar os recursos perdidos nas transferências de valores para com os países centrais.

Já o terceiro pilar pode ser definido da seguinte forma:

O terceiro pilar do Plano Real é o reforço do país numa posição adversa na divisão internacional do trabalho, ou seja, como mero exportador de produtos agrícolas e minerais. Esse processo aparece sob a forma de uma denúncia genérica contra a “desindustrialização”, cuja solução poderia ser – como indicam os tucanos – a redução ainda mais radical dos custos industriais via abertura industrial mais profunda destinada a importar peças, máquinas e equipamentos de países como a China. O governo descarta o nacionalismo econômico (política industrial) na pretensão de que com renúncia fiscal destinada a manter o consumo de geladeiras ou carros fosse possível constituir um projeto nacional e manter o pacto entre o

capital transnacional e as frações perdedoras do agonizante capital nacional. (OURIQUES, 2014)”

Com isso posto é possível perceber as inúmeras escolhas que a burguesia optou por fazer, essas preferências acabaram por aprofundar ainda mais a dependência perante ao Capital externo e subordinou por completo a política econômica à lógica da política financeira. Também se faz necessário mencionar que a estratégia para implementar o Plano Real não foi de sobremodo isolada, já era possível enxergar outros países passando pelo mesmo tal como México e Argentina, importante ressaltar que isso foi preceito do Consenso de Washington. E para finalizar ao sobrevalorizar a moeda exigindo taxas de juros altas foi provocado uma permanente situação de instabilidade macroeconômica que como vimos foi expressa na deterioração das finanças públicas, em baixas taxas de crescimento e no aumento no nível do desemprego, isso atrelado ao esforço significativo de manter a inflação baixa gerou um enorme prejuízo a economia.

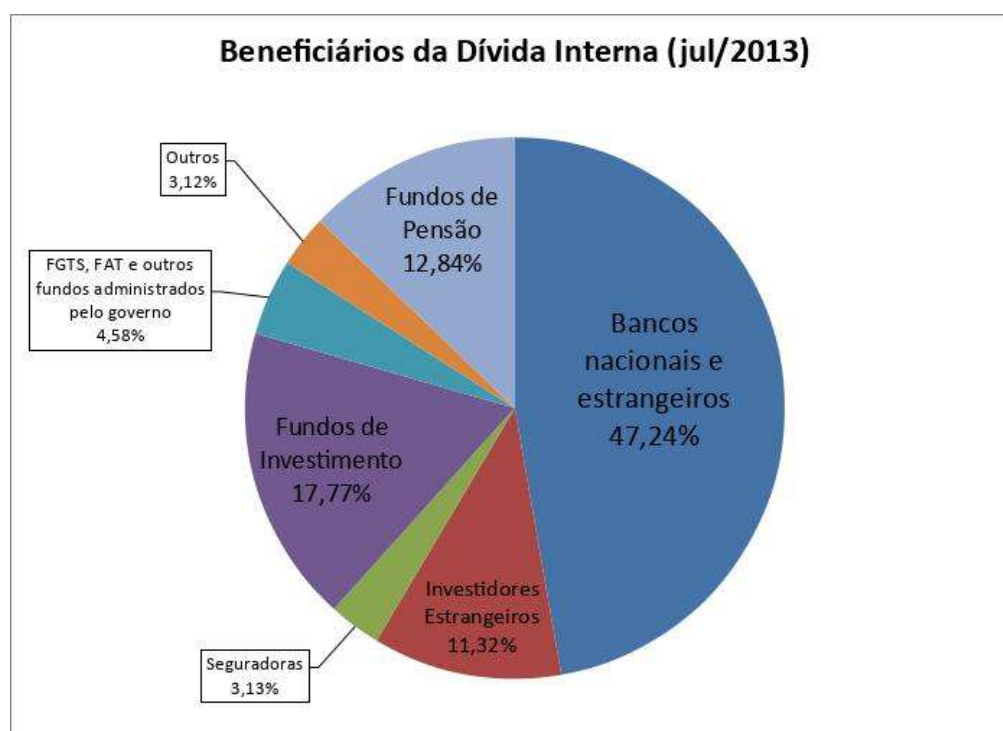
Em resumo, a crise do capitalismo que temos visto nos últimos anos, findou bases contraditórias e para além disso possibilitou a criação de uma complexa rede de instituições financeiras cuja a principal função é a garantia da reprodução do capital no setor puramente financeiro. Esse capital fictício é encontrado na bolsa de valores, nos títulos públicos e a dívida pública é achada no cerne da questão do capital fictício como uma das “saídas” da crise. Aqui se faz necessário ressaltar que o Brasil ocupa uma posição de país periférico assim, permanece subordinado aos interesses dos mecanismos internacionais tais como FMI eo Banco Mundial, é interessante observar que no caso brasileiro o que vemos é uma burguesia nacional que se alia a burguesia internacional tendo como base o mesmo interesse, e por isso mais uma vez é ressaltada a necessidade de uma luta de classes para além do âmbito nacional e sim de uma forma internacional, já que mesmo subordinada a burguesia brasileira opera como uma sub soberania que se expressa em muitos âmbitos como, por exemplo, a coparticipação no saqueio das riquezas naturais, a submissão aos termos desiguais ao comércio internacional, à opressão policial e militar contra o próprio povo, o entreguismo do patrimônio e moedas nacionais. Operam na condição de subordinação ou associação com os capitais desenvolvidos e imperialistas, não obstante os interesses da nação (PAIVA 2018).

Quando voltamos nossa análise para o caso específico do Brasil, vemos algumas particularidades que possibilitam desenhar o cenário que temos atualmente

em relação a nossa dívida pública. É importante nos fazer lembrar as transformações que ocorreram no Brasil no início da década de 90, principalmente no governo Fernando Henrique onde o que se viu foi o Estado instaurando um neoliberalismo sem ter passado pela experiência de Bem Estar Social, tal como observamos na Europa, assim, inúmeras privatizações e retiradas de direitos foram instauradas na sociedade que por vezes contavam com grande apoio popular e que tinham um único objetivo: favorecer o grande Capital. O que se instala com o Estado Neoliberal é um discurso de finanças organizadas, porém o que de fato acontece é um aumento da dívida pública, e se dá pelo aumento significativo do aumento da taxa de juros.

Ainda durante a década de 90, diversos mecanismos foram criados dentre eles estão: os juros altos, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e a Desvinculação de Recursos da União (DRU), essas medidas foram instauradas com o propósito realocar grande parte dos recursos públicos no pagamento da dívida pública e nos pagamentos de juros. Essas mudanças formais acabaram transformando os lucros que os bancos tinham com os ganhos inflacionários em ganhos com ativos vinculados à dívida pública. No Gráfico 1 é possível observar quem são os grandes beneficiários dessas ações.

Gráfico 01 - Beneficiários da Dívida Interna 2013.



Fonte: Elaboração: Auditoria Cidadã da Dívida.

Com ajuda do gráfico acima conseguimos enxergar a hegemonia que o sistema financeiro ocupa dentro do fundo público e é justamente por conta desse lugar de destaque tanto financeiramente como na luta de interesses de classe que os compromissos são transferidos da política social para o cumprimento das obrigações perante essas grandes Instituições. Seguindo nossa observação do gráfico e com o auxílio das análises de Dantas (2018), o que vemos no Brasil é um gasto de 44,37%³ do PIB para amortização da Dívida Pública, e é esse montante que tem garantido a acumulação de capital para a camada mais rica da população brasileira e do mundo afora, a classe rica e ociosa, defensora dos “ajustes” e da “austeridade fiscal”, justamente para garantir sua riqueza e sua engorda de capitais por via claramente de saque nacional (DANTAS, 2018). Para melhor entendimento podemos buscar o que Marx diz sobre isso:

“(…) A dívida pública criou uma classe de capitalistas ociosos, enriqueceu, de improviso, os agentes financeiros que servem de intermediários entre o governo e a nação. As parcelas de sua emissão adquiridas pelos arrematantes de impostos, comerciantes e fabricantes particulares proporcionam o serviço de um capital caído do céu. Mas, além de tudo isso, a dívida pública fez prosperar as sociedades anônimas, o comércio com os títulos negociáveis de toda espécie, a agiotagem, em suma, o jogo da bolsa e a moderna bancocracia.” (DANTAS, 2018. Edição do dia).

Acredito que depois dessas respectivas análises acerca da dívida pública fica evidente a importância estrutural que essa possui, e é considerável colocar aqui que atualmente essa é a principal forma de transferências de recursos públicos para o Capital, para que fique mais claro utilizaremos a análise de Brettas(2012):

“Por meio da análise da composição do fundo público e de seu destino é possível identificar que esses recursos assumem um papel cada vez mais significativo para assegurar a acumulação capitalista no sentido de sua valorização fictícia. Se, por um lado a participação da classe trabalhadora é cada vez maior no que diz respeito à apropriação de seus recursos pelo Estado, por outro, o retorno para a burguesia também se amplia, por meio de subsídios fiscais, de mecanismos para a dívida pública e diversas outras medidas para garantir a lucratividade do Capital. (BRETTAS, 2012, p. 119).”

³ Valor consultado em fevereiro de 2020 no site da auditoria cidadã.

Em uma última análise, vimos ao longo do tempo como a dívida pública participa ativamente da apropriação privada da riqueza coletiva, e como essa acumulação está nos últimos anos apoiada fortemente no sistema financeiro. O Estado mínimo que se instaurou no Brasil é de sobremodo conveniente para com os banqueiros, e donos de grandes monopólio justamente pelo “sequestro” que estes fazem ao aparato público em benefício próprio, faz se necessário também entender o que sai dos cofres públicos para o pagamento de juros, já que não é apenas o volume da dívida e sim a quantia que está destinada aos juros.

Cabe aqui enunciar que a disputa pelo orçamento é uma disputa política, e por isso se faz necessário entender o peso que a dívida ocupa nesse contexto. Na atual conjuntura o Grande Capital está sendo amplamente beneficiado com recursos do fundo público, os quais em tese deveriam ser direcionados para medidas de políticas públicas. Deslumbrar o fim dessa forma de sociedade requer um esforço coletivo de desvelar a sociedade e sobretudo do movimento da luta política organizativa da classe trabalhadora

Nesse presente momento do nosso estudo acredito que já conseguimos compreender melhor como funciona o Capitalismo Dependente, e digo isso porque é importante que tenhamos entendido essa particularidade histórica para que consigamos, à frente, entender como sucedeu a disputa do nosso fundo público.

Como dito anteriormente em um país dependente temos especificidades que não encontramos em países centrais, como é o caso do intercâmbio desigual que como já estudamos é um mecanismo onde o centro da acumulação mundial se apropria do valor produzido na periferia, ocasionando uma superexploração do trabalhador como forma de recuperar o valor que fora faltoso.

“Assim, o que aparentemente configura um dispositivo estrutural de compensação em nível de mercado, caracteriza-se como um instrumento que opera internamente no âmbito das relações sociais de produção, gerando, nos países dependentes, efeitos severos sobre o trabalho, por meio de três mecanismos, quais sejam, “a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho” (MARINI, 2000, p. 125), que caracterizam o modo de produção fundado exclusivamente na maior exploração da força física do trabalhador, em contraposição à exploração resultante do aumento de sua produtividade. Há que se considerar que esses mecanismos impõem condições deploráveis de vida às massas, pois sua manifestação mais expressiva é que a força de trabalho é remunerada muito abaixo do seu valor real, ademais, há a ausência

ou precariedade de um sistema de proteção social público. (ROCHA, 2010).”

Utilizando do trecho acima é possível compreender como a crescente subordinação latino americana frente aos países centrais acabam por afetar diretamente os trabalhadores que são cada dia mais explorados e vêem seus direitos ruírem, essa junção econômica e social é um dos traços da Questão Social na América Latina, o pauperismo da massa. O Estado brasileiro em seu período de neoliberalismo, busca aumentar seus lucros com a prestação de serviços públicos, além de um aumento da expropriação do trabalhador brasileiro por fim podemos afirmar que esse modelo representou a vitória das classes dominantes e inúmeras perdas para a classe trabalhadora. Abaixo segue um trecho de Brettas onde ela consegue elucidar como foi esse período para as políticas sociais brasileiras:

“O neoliberalismo aprofunda as relações de dependência. A adoção de políticas de ajuste fiscal foram não apenas impostas por organismos multilaterais, mas referendados pelas grandes burguesias com atuação nos países dependentes. A ruptura de limites anteriormente existentes para a mobilidade do capital portador de juros passa a se constituir como uma alternativa para contornar a tendência decrescente da taxa de lucro e consiste em um dos principais traços da financeirização. A intensificação dos fluxos financeiros e a rentabilidade dela decorrente não possui uma dimensão apenas quantitativa. Trata-se também de uma mudança qualitativa tendo em vista que provoca uma pressão pela ampliação das bases de extração de mais-valia. Em outras palavras, o fenômeno da financeirização pressiona uma reorganização da base produtiva, o locus da geração da riqueza. Esta dinâmica, fortalecida pelas políticas de ajuste fiscal, reforça e amplia a transferência de valor em direção aos países imperialistas, bem como aprofunda os mecanismos de superexploração da classe trabalhadora, constituindo o que Amaral (2012) denomina de uma nova fase da dependência. (Brettas, 2017, p.63).”

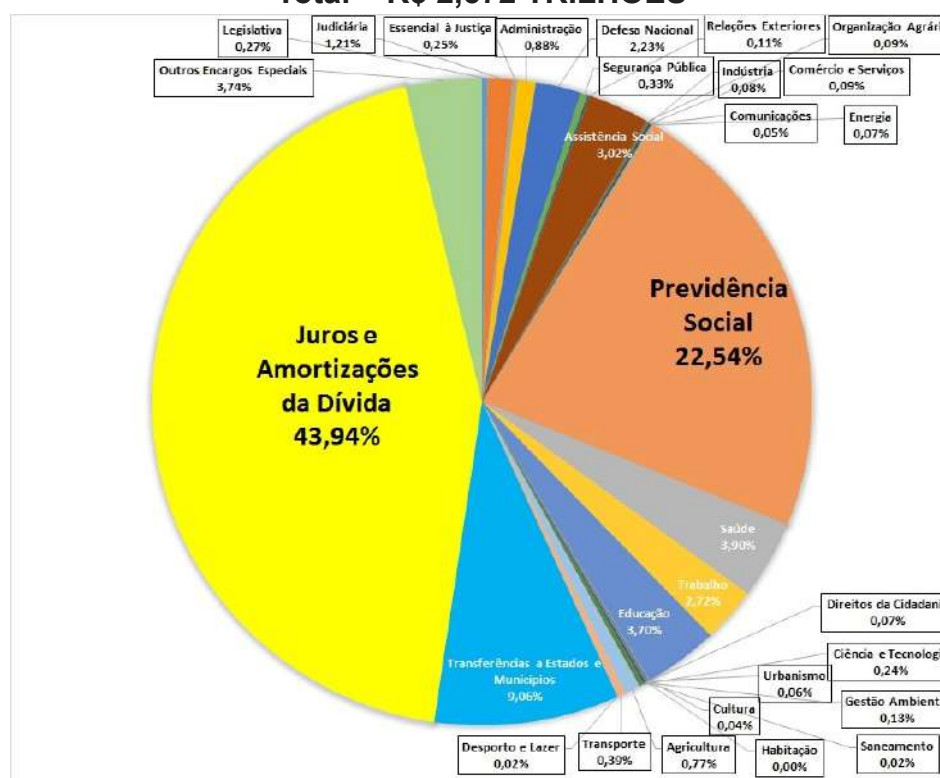
3.2 Impacto da Dívida Pública no Fundo Público no Período Recente

Com tudo que já foi colocado na presente pesquisa, acredito que nesse ponto já exista uma boa compreensão a respeito da história da nossa dívida pública, compreendemos que essa vem de um processo histórico do capitalismo onde a população brasileira é onerada em razão de um beneficiamento de classes

dominantes nacionais e internacionais. E contrariando o que é difundido pelo senso comum, a evolução e o aumento da dívida pública ao longo dos anos não tem sido utilizado para financiar gastos sociais, mas o que temos visto é uma absorção de forma gradual dos recursos públicos das áreas mais fundamentais gerando assim uma grande concentração de renda. É importante esclarecer aqui que a dívida pública nacional abrange a dívida pública interna e externa, isso inclui as diversas esferas do governo.

No gráfico abaixo é possível entender a distribuição do fundo público realizada em 2016, assim é colocado em evidência como é executada a redistribuição da riqueza nacional e como essa interfere diretamente na vida da classe trabalhadora que tem seus direitos sendo extintos a cada dia, essa dinâmica é feita para que o capital financeiro se beneficie diretamente através da dívida pública. Como já dito, atualmente essa é a principal forma de transferência de recursos públicos para o Capital e é por isso que como veremos a seguir não existe um grande apelo governamental dentro do movimento da política brasileira, mesmo com pressões de diversos grupos, para diminuir o impacto da dívida perante ao fundo público brasileiro.

Gráfico 02 - Orçamento geral da União 2016 – Executado (pago), por Função – Total = R\$ 2,572 TRILHÕES



Fonte Auditoria Cidadã da Dívida

É interessante colocar aqui que todos esses fatos que tem se desenhado no cenário econômico brasileiro acabam por ferir diretamente a Constituição Federal de 1988, já que essas medidas acabam gerando um gigantesco obstáculo na efetivação dos direitos sociais garantidos por ela. E para confrontar essa afirmação basta analisarmos o quanto é gasto com a seguridade social mais a educação, as áreas centrais dos gastos sociais, e comparar com os gastos totais do pagamento da dívida pública.

A Constituição Federal entra em vigor com um compromisso formal do Estado em estabelecer uma vida melhor para todos os brasileiros, na base desse projeto estão os direitos fundamentais, aqueles direitos que compõem um núcleo duro e intangível de garantias essenciais. Esses direitos fundamentais são encontrados no artigo 6º da Constituição Federal.

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (BRASIL, 1988, Art. 6).

Apesar disso, sabemos que a Constituição não consegue produzir nenhum tipo de riqueza, fazendo assim com que haja prioridades na direção dos gastos e como vimos o que tem sido priorizado não é o gasto com os direitos sociais. Assim, a efetivação dos direitos fundamentais sociais somente será alcançada com um sistema tributário justo e eficiente, e uma alocação orçamentária responsável dos recursos (CALIENDO, 2013).

É importante também que consigamos entender o papel que neoliberalismo tem nessa dinâmica de pagamento da dívida pública, foi através desse movimento econômico, a partir dos anos 90, que ocorre um aumento expressivo da dívida pública explicada pelo aumento das taxas de juros, assim com a implementação do neoliberalismo o fundo público se transforma em um mecanismo de transferência de dinheiro público para o capital financeiro, Castelo (2017) descreve a respeito desse movimento do fundo público, “O fundo público ganha, com esta nova configuração ampliada do Estado, um peso crescente no novo padrão de reprodução do capital, funcionando como um dos elementos centrais da acumulação capitalista, e não

somente como uma das contra- -tendências em tempos de crise.” A política de altas taxas de juros, somando-se a baixa inflação, colocou o capital financeiro internacional como principal beneficiário nesse momento.

Mesmo com as diversas conquistas pautadas pela constituição de 1988, com a implementação das medidas neoliberais nos anos seguintes, o que se viu foi um caminhar para três eixos: privatização, liberalização e desregulamentação. Essas medidas causaram enormes impactos em diversas áreas da economia brasileira, e inúmeras dessas ações eram realizadas com a “desculpa” do pagamento da dívida pública, de fato, até hoje inúmeras medidas são tomadas priorizando o pagamento da nossa dívida pública, o superávit como já vimos é uma dessas medidas.

“O superávit primário, por exemplo, além de importante ferramenta da política macroeconômica para conter a inflação deve ser interpretado como mecanismo de concentração da renda, na medida em que é destinado integralmente ao pagamento da dívida. O superávit primário, produto do esforço de austeridade fiscal do Estado, pode, assim, também ser compreendido como arrecadação tributária de toda sociedade transferida aos poucos detentores dos títulos da dívida pública, e não apenas como elemento de credibilidade assegurado pelo Estado diante do investidor nacional e estrangeiro (DIEESE, 2015, p. 3).”

Com isso colocado conseguimos observar que a partir da ofensiva neoliberal na economia brasileira os recursos e gestão acabam subordinados às necessidades do pagamento dos juros e amortizações, Segundo José Menezes Gomes (2015, p. 7), coordenador do Núcleo Alagoano pela Auditoria Cidadã da Dívida, “a dívida pública que em julho de 1994 era de R\$ 84 bilhões, em 2015 se aproxima de R\$ 3,5 trilhões, mesmo que o país já tenha pago R\$ 11 trilhões nesses 21 anos”. Grande parte desse aumento se dá pelo grande aumento da taxa de juros.

“A elevada taxa de juros, além de impulsionar o círculo vicioso que justifica o permanente ajuste fiscal e provocar a quase estagnação do mercado interno torna extremamente difícil, senão impossível, a transição para um outro tipo de inserção internacional – apoiada em produtos de maior conteúdo tecnológico e com demanda em expansão no mercado mundial. Em sentido contrário, a pauta de importações concentrada em produtos de média e alta tecnologia, além da ausência de uma polícia industrial ativa, agrava ainda mais a situação (FILGUEIRAS e GONÇALVES, 2007, p. 104).”

Com o gráfico abaixo é possível observar essa influência que o neoliberalismo possui no aumento da dívida pública.

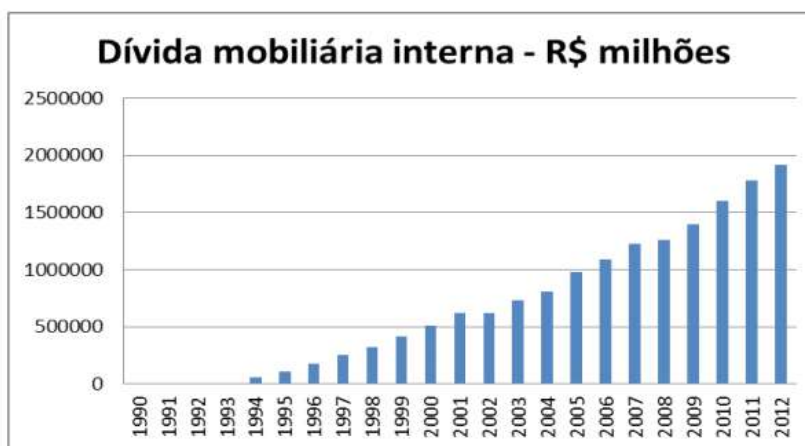
Gráfico 03 - Dívida Externa



Fonte: Base de dados Ipeadata.

Fonte: Base de dados Ipeadata

Gráfico 04 - Dívida Mobiliária Interna



Fonte: Base de dados Ipeadata.

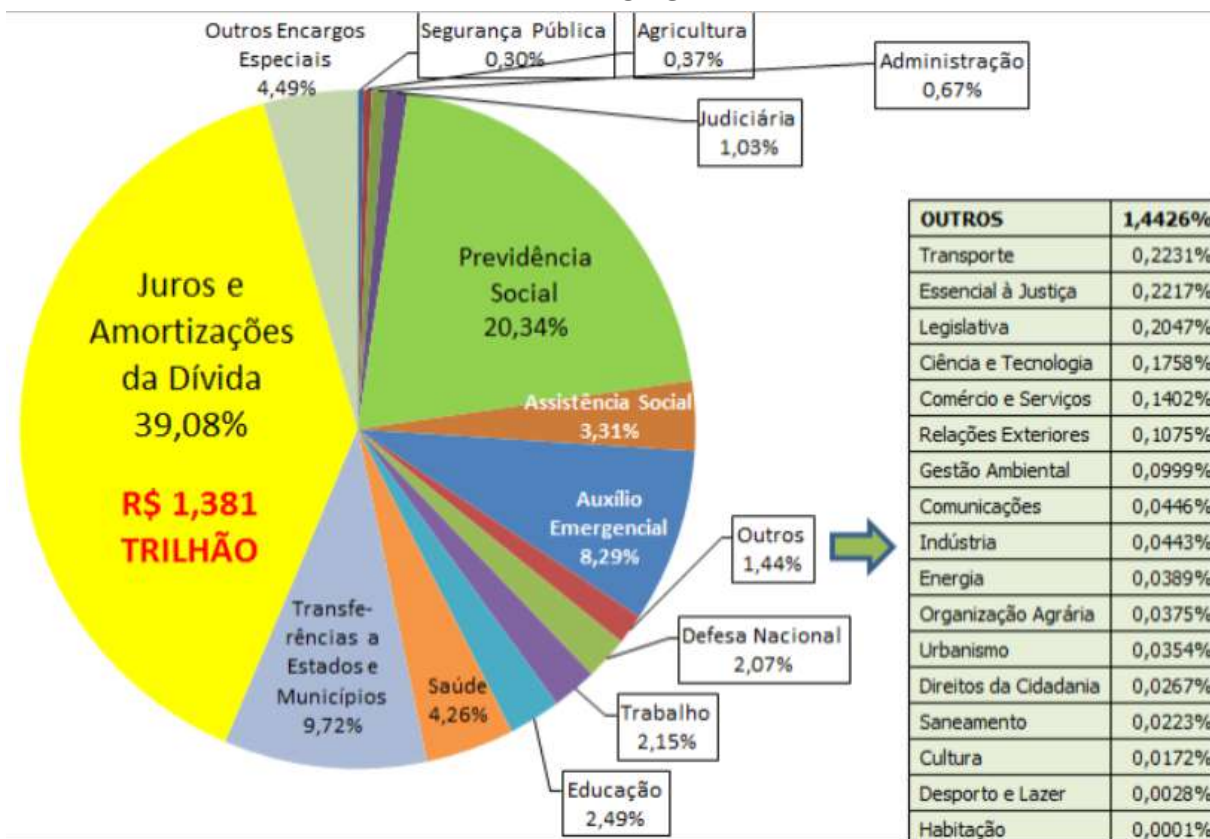
Fonte: Bases de dados Ipeadata

Observa-se que desde a implementação do neoliberalismo no Brasil houve um aumento gigantesco da dívida externa e interna, em 27 de Janeiro de 2021, a Agência Brasil divulgou que a dívida interna atingiu o patamar de 4,787 trilhões, e que mesmo com a pandemia de covid impactando o mundo as instituições financeiras obtiveram um aumento, o estoque deste grupo que em dezembro de

2020 eram os maiores detentores da dívida pública passou de R\$ 1,344 trilhão para R\$ 1,412 trilhão de novembro para dezembro.

Evidencia se assim o caráter genocida que o Estado possui, além de ceder benefícios às diversas instituições financeiras, essa dinâmica é realizada através do massacre do povo brasileiro, e digo massacre pois basta observar a quantidade de mortos diariamente por dia devido a covid-19, e como mesmo com esse quadro o pagamento da dívida pública ainda foi priorizado. Segue o Gráfico abaixo:

Gráfico 05 - Orçamento Federal Executado (pagou) em 2020 = R\$ 3,535 TRILHÕES⁴



Fonte: Auditoria Cidadã da Dívida

⁴Nota: Consulta em 15/1/2021. Orçamento Fiscal e da Seguridade Social. Inclui o chamado “Orçamento de Guerra”, aprovado por meio da Emenda Constitucional 106/2020 no contexto da pandemia. Gráfico por Função, com exceção das Funções “Encargos Especiais” e “Assistência Social”, cujas parcelas foram desmembradas de acordo com a natureza da despesa. A Função “Encargos Especiais” foi desmembrada em “Juros e Amortizações da Dívida” (GND 2 e 6); “Transferências a Estados e Municípios” (Programa 0903), e “Outros Encargos Especiais” (compostos principalmente de gastos de R\$ 50 bilhões com o cumprimento de Sentenças Judiciais, e gastos de R\$ 58 bilhões com garantias dadas aos bancos no âmbito do PRONAMP, no valor de R\$ 38 bilhões, e no âmbito do Fundo Garantidor de Investimentos no valor de R\$ 20 bilhões, relacionados a empréstimos concedidos a micro, pequenas e médias empresas). A Função “Assistência Social” foi desmembrada para destacar a parcela referente ao “Auxílio Emergencial”, mostrada separadamente no gráfico.

Um outro fato que se faz necessário apontar para entender a dívida pública dentro do fundo público brasileiro é compreender o lugar ocupado pelo Brasil na dinâmica do Capitalismo dependente. Souza (2016) faz um breve resumo sobre o Estado dependente e seu impacto no fundo público:

“A partir da dinâmica do capitalismo dependente, a determinação estrutural e central que impacta a aplicação do fundo público realizada pela intervenção estatal está relacionada à necessidade de compensar a transferência de valor através de recursos públicos. Ou seja, como parte do excedente produzido pelos países dependentes é transferido para os países centrais, há necessidade de o capital compensar essa perda. Uma parcela dessa compensação, como vimos, é realizada estruturalmente pela superexploração. No entanto, outra parcela é compensada pelo fundo público constituído pelo Estado. Dessa forma, também estruturalmente, há necessidade de o Estado dependente suprir essa demanda do capital, seja para compensar a transferência de valor, seja para subsidiar o processo de industrialização no quadro tardio da expansão das relações capitalistas dos países periféricos.(SOUZA, 2016, p. 191)”

De acordo com Jaime Osório (2014), às determinações do Estado com economia dependente são marcadas por relações desiguais que implicam em limitação de exercício de soberania nacional, cujo Estado está condicionado a atender aos interesses das classes dominantes dos países centrais, assim precisa atender a duplo interesse, as burguesias nacionais e as internacionais, o que implica em debilidades estruturais para uma formação sociopolítica liberal-democrática, exigindo a formação de um Estado de cariz autoritário. Nesse sentido, afirma Jaime Osório:

“A debilidade na estrutura de tais classes e a acumulação de contradições do sistema mundial capitalista nas zonas periféricas e dependentes – o que implica debilidades estruturais do Estado e do sistema mundial de dominação no capitalismo dependente – são compensadas pelo peso das dimensões autoritárias do Estado e do governo, mesmo sob feições democráticas, e pela internalização no – e por parte do – Estado dependente das relações de poder dos Estados e capitais centrais e imperialistas (OSÓRIO, 2014, p. 207).”

Assim, o que temos no Brasil é uma superexploração da classe trabalhadora que é inserida nessa dinâmica para compensar as perdas de valor na troca desigual entre os países centrais e os países dependentes. Além disso, quando entramos na questão dos tributos vemos que a tributação é realizada de maneira regressiva e

como vimos isso impacta diretamente a vida da classe trabalhadora brasileira, tendo em vista que essa forma de tributação acaba por onerar de forma mais violenta a classe trabalhadora. Com isso a dinâmica do endividamento mais essas nuances colocadas se mostram uma forma eficaz de absorver os recursos que deveriam ser, em tese, destinados para os gastos sociais porém não são devido ao caráter que o Estado brasileiro possui, com isso quem se beneficia é o capital financeiro.

“O que nos leva a compreensão de que os ajustes fiscais desempenham um papel estratégico na finalidade de garantir o pagamento e o sistema da dívida. Nesse sentido, percebemos que os mecanismos eleitos pela classe dominante são constantes e inerentes a lógica de acumulação do capital, entretanto, na década de 1990, como afirma Goularti (2017) a crise adentrou com mais força quando o Brasil aderiu às propostas do Consenso de Washington materializado pelo Programa de Ação Imediata (PAI) e o Plano 16 Árida. O fracasso destas medidas, não impediu que em pleno Sec. XXI, o governo Temer, produto de golpe midiático-judiciário-parlamentar, reeditasse tais programas, com violento processo de destruição de direitos sociais e das riquezas do petróleo e da indústria nacional.(PAIVA, 2018, p. 15)”..

Entendendo essas nuances colocadas, Behring (2017) afirma que "é urgente e necessário introduzir a pauta da anulação e o não pagamento total ou parcial da dívida pública, a depender dos resultados de uma auditoria democrática e independente, com participação popular". Inúmeros segmentos da nossa sociedade vem pressionando diversos blocos políticos da sociedade brasileira para que se pautem com urgência a questão da auditoria da dívida pública, com o endividamento histórico e subordinado ao capital internacional não há uma transparência dos pagamentos que são realizados, e cabe lembrar que a transparência é um princípio consagrado na Constituição Federal e a Lei de Responsabilidade Fiscal determina que todas as despesas e receitas da gestão fiscal sejam publicadas de forma transparente e com amplo acesso público, e de fato não é isso que vem acontecendo no Brasil.

É um fato que para que exista a possibilidade de uma auditoria da dívida pública é necessário que exista um movimento político e toda uma pressão de diversos campos da sociedade, vale lembrar, que no Governo de Dilma Rousseff existiu a publicação final da lei do PPA 2016-2019, que tinha a possibilidade histórica de votar para uma auditoria da dívida pública porém não teve a coragem nem o

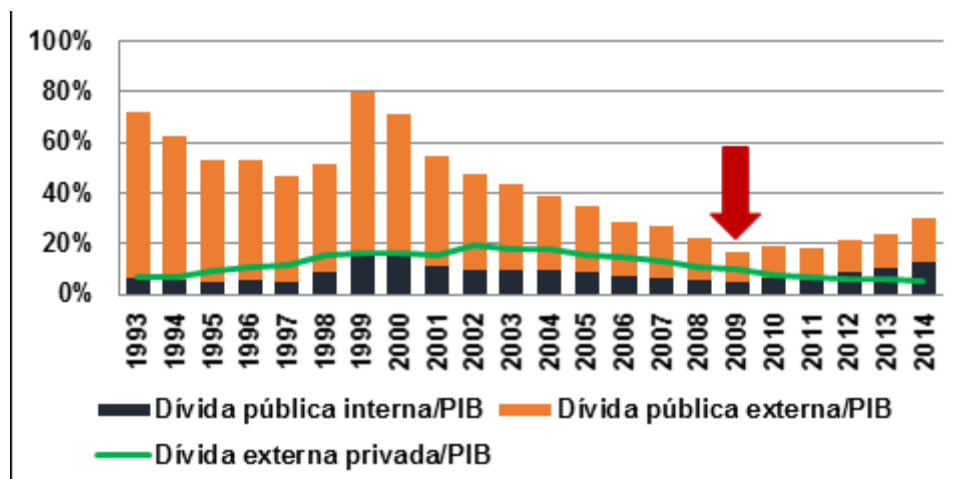
compromisso para realizá-la, vetando o artigo surpreendentemente aprovado pelo Congresso que indicava a realização da auditoria da dívida pública no Brasil.

A questão do endividamento público necessita então ser colocado no centro de diversas lutas políticas e sociais e isso porque como vimos durante essa pesquisa, esse aumento da dívida acaba por interferir na riqueza social de toda uma sociedade, e por inúmeras vezes acaba por inviabilizar a implementação e a expansão de políticas sociais. Behring descreve sobre essa questão vejamos:

“É nessa perspectiva que o problema do endividamento precisa hoje estar no centro das lutas sociais anticapitalistas e socialistas. Toda luta por direitos e por políticas públicas e sociais que os viabilizem precisa se conectar à denúncia do endividamento, ao desvelamento da lógica que inviabiliza os recursos para a implementação de políticas universais de educação, saúde, previdência, assistência social, habitação, cultura e tantas outras. As auditorias das dívidas públicas são uma mediação importante nesse processo, pois podem revelar a razão sórdida da punção de recursos das maiorias, na forma do fundo público, para o sacrifício dessas mesmas maiorias no altar do capital, alimentado pelas mídias que emitem os sinais dos mercados (cf. Toussaint, 2011:41-44). Pois se parte desses recursos será direcionada à especulação e ao luxo, outra parte buscará nichos de valorização, diga-se, realizar desesperadamente em tempos de crise, de curto-circuito econômico, a metamorfose D-M-D’, retomando o ciclo de acumulação.(BEHRING, 2017. p. 17)”

Quando falamos em auditoria da dívida pública temos um exemplo que ocorreu no Equador e da decisão soberana de cancelar grande parte de sua dívida pública, configurando uma redução unilateral de mais de 65% do estoque desta dívida externa comercial - cerca de US\$ 2 bilhões, esse movimento que ocorreu no Equador foi histórico e de certa forma impulsiona outros países a pensarem na auditoria como uma saída viável, é importante mencionar que essa decisão equatoriana não agradou o mercado financeiro e com isso pouco se ouviu falar dessas ações na grande mídia brasileira, além desse fato, junta-se a isso as diversas inverdades que ganharam espaço e foram propagadas como uma tentativa de depreciar os acontecimentos que ocorreram no Equador. Abaixo segue gráfico que evidencia a questão da dívida pública no Equador:

Gráfico 06 - Dívida Pública e Dívida Privada Externa/ Equador - % do PIB



Fonte: CEPAL

Não iremos nos aprofundar na questão do Equador e julgar as medidas econômicas que foram tomadas em razão da auditoria da dívida pública no país, o que queremos aqui, é mostrar que existem possibilidades que nos apresentam uma saída para esse endividamento que vem aumentando e causando diversos prejuízos para a classe trabalhadora. Citando Behring (2017) colocamos aqui o aspiramos para o Brasil.

“É decisivo que os trabalhadores e lutadores dos movimentos sociais compreendam que aí reside o nó górdio da economia política brasileira e que boa parte de suas demandas não encontram solução de continuidade mínimas num Estado quase interdito pela dívida e numa democracia blindada exatamente para assegurar esse fluxo invertido de recursos, dos trabalhadores pobres para os ricos, os mesmos que os exploram no chão de fábrica, nas pequenas unidades familiares terceirizadas e nas grandes propriedades fundiárias, dentre outros. Desfazer o nó do endividamento público e romper com o calvário do fundo público é adentrar numa nova quadra histórica na qual a emancipação social de homens e mulheres finalmente se sobreponha à barbarização da vida.(Behring, 2017, p. 18)”

4. CONCLUSÃO

Acredito que esse presente estudo tenha proporcionado um melhor entendimento acerca da dívida pública brasileira, entender a origem que essa tem e como ela surge nos possibilita compreender um pouco melhor a dinâmica instaurada com a implementação do neoliberalismo, por isso a importância de se ter resgatado Marx(2013) onde o mesmo elucida o surgimento desse mecanismo e como essa no momento que surge já se torna uma importante ferramenta gerando inúmeros lucros para bancos e mais adiante países centrais inseridos nessa dinâmica.

Com a consolidação do capitalismo foi possível observar como o capital aplicado deixou de ser apenas investimentos diretos, no sentido literal da palavra, e passou a proporcionar em grande parte um capital especulativo.

A teoria marxista da dependência nos proporcionou elucidar de uma melhor forma o posicionamento do Brasil perante todo o sistema capitalista internacional, com isso foi possível constatar que esse lugar acaba por gerar uma transferência de

recursos do Brasil que se configura como um país dependente para os países centrais.

Pode-se afirmar então que esse movimento acaba por gerar enormes prejuízos para a classe trabalhadora, já que a burguesia interna precisa extrair valor de alguma forma, e é justamente por isso que nos países dependentes temos a lógica da superexploração do trabalhador que é totalmente voltada para compensar a troca desigual entre os países centrais e os países dependentes, nela existe uma superexploração da força de trabalho, que é uma dinâmica estrutural da reprodução do capital, diferente de situações de crise que por vezes rebaixam salários de trabalhadores em outros contextos territoriais e econômicos.

Porém como podemos compreender essa extração de valor não se dá somente pela superexploração, ela também opera na cooptação do Fundo Público pelo capitalismo financeiro como vimos e também pela tributação que no Brasil é realizada de forma regressiva, no fim, essa tributação acaba pesando de forma mais violenta na classe trabalhadora. Cabe aqui destacar que essa junção de uma má distribuição da riqueza nacional, carga tributária regressiva e a dinâmica da superexploração que prejudicam a classe trabalhadora desse país, favorece de forma grandiosa a classe dominante brasileira.

Foi demonstrado também como o neoliberalismo e o pacto do plano real cumprem a função de aprofundar o caráter de dependência da economia brasileira, além de mudar toda uma dinâmica econômica favorecendo em grosso modo o capital financeiro, o que podemos afirmar é que as diversas medidas que foram tomadas para que se priorizasse o pagamento de juros e amortizações da dívida pública "caíram" no colo da classe trabalhadora como uma bomba. O pacto de classes como já dito é sustentado por três pilares esses são: um gigantesco endividamento estatal, a superexploração do trabalho e o reforço do país numa posição adversa na divisão internacional do trabalho, ou seja, como mero exportador de produtos agrícolas e minerais. Essas escolhas da burguesia brasileira inseriram o Brasil em uma subordinação da política financeira, além de aprofundar ainda mais a dependência do Brasil perante ao capital externo.

E foi justamente com o Estado Neoliberal que se intensificou um discurso de finanças organizadas e melhoria na vida dos brasileiros que ocorreu um aumento expressivo da dívida pública e isso se dá pelo aumento significativo da taxa de juros. O fato é que todas essas mudanças tinham como função beneficiar o capital

financeiro e super explorar a população brasileira, e é justamente isso que vem ocorrendo no Brasil um beneficiamento gigantesco do capital rentista e um massacre da população brasileira que vem sendo apaziguado com políticas assistenciais focalizadas.

Foi possível entender como o endividamento do Brasil é histórico e que em diversos momentos foi realizado de maneira impositiva, justamente pelo lugar ocupado pelo Brasil na dinâmica do capitalismo dependente, não restando ao país muitas opções de escolhas e cabendo assim aceitar as exorbitantes taxas de juros e condições desagradáveis para empréstimos. Esse endividamento com raízes históricas se reverbera até os dias atuais, que com a implementação do neoliberalismo aprofundou ainda mais esse aumento da dívida pública. E além disso, essas transformações sociais e econômicas acabam evidenciando ainda mais o caráter genocida que o Estado brasileiro vem se apropriando.

Por conta de tudo que foi falado sobre a dívida pública e pelo entendimento que o fundo público é mal distribuído, cabe colocar que essa má distribuição é intencional e o Estado coopera para isso, é que aqui colocamos a necessidade de realizar uma auditoria da dívida como forma de trazer a transparência que foi perdida durante esses processos históricos pelos quais o Brasil passou. É importante que a população entenda para onde vai o dinheiro que essa produz, por isso se coloca aqui a necessidade da questão do endividamento brasileiro estar no cerne das lutas sociais e políticas no cenário brasileiro.

5. REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Tiago Mateus de. **Pacto de Classes do Plano Real**. 2014. 79 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

BRASIL. **Constituição** (1988). **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado **Federal**: Centro Gráfico, 1988.

BRETTAS, Tatiana. **Dívida pública: uma varinha de condão sobre os recursos do fundo público**. In: Evilásio Salvador, Elaine Behring, Ivanete Boschetti e Sara Granemann (orgs.). **Financeirização, Fundo Público e Política Social**. Cortez, 2012.

BRETTAS, Tatiana. **Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil**. Brasília, 17 nov. 2017.

CASTELO, Rodrigo. **Supremacia rentista no Brasil neoliberal e a violência como potência econômica**. Disponível em:
<http://www.unirio.br/cchs/ess/Members/rodrigo.castelo/artigos/supremacia-rentista-no>

-brasil-neoliberal-e-a-violencia-como-potencia-economica/view. Acesso em: 10 mar. 2021.

Dialética da dependência. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. (Org.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular. 2005.

ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 16., 2018, Vitória. **Estado e Capitalismo Dependente Notas sobre sua Processualidade**. Vitória: Enpess, 2018. 20 p. Disponível em: [file:///C:/Users/ednalouren%C3%A7o/Downloads/23478-Texto%20do%20artigo-67915-1-10-20190131%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/ednalouren%C3%A7o/Downloads/23478-Texto%20do%20artigo-67915-1-10-20190131%20(1).pdf). Acesso em: 20 mar. 2021.

FATTORELLI, Maria Lucia; ÁVILA, Rodrigo. **EQUADOR: Auditoria garante resultados positivos ao país**. Disponível em: <https://auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2012/08/EQUADOR-auditoria-resultados-positivos.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2021.

FATTORELLI, Maria Lucia; ÁVILA, Rodrigo. **Os números da Dívida**. 2018. Disponível em: <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/os-numeros-da-divida/>. Acesso em: 22 mar. 2021.

FATTORELLI, Maria Lucia. **Extra Classe: Banco central gasta centenas de bilhões para remunerar sobra de caixas de bancos**. 2020. Disponível em: <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/extra-classe-banco-central-gasta-centenas-de-bilhoes-para-remunerar-sobra-de-caixa-dos-bancos/>. Acesso em: 02 jan. 2021.

FATTORELLI, Maria Lucia *et al.* **Gastos com a dívida cresceram 33% em 2020**. 2021. Disponível em: <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/gastos-com-a-divida-publica-cresceram-33-em-2020/#:~:text=Os%20gastos%20com%20juros%20e,ao%20valor%20gasto%20em%202019..> Acesso em: 22 mar. 2021.

FATTORELLI, Maria Lucia. **Previdência Social e Dívida Pública**. 2014. Disponível em: <https://www.auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2014/10/Previdencia-Social-e-Divida-Publica1.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2021.

FILGUEIRAS, Luiz Antonio Mattos. **História do plano real: fundamentos, impactos e contradições**. São Paulo: Boitempo, 2000.

FILGUEIRAS, Luiz. **O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico**. Disponível em: <http://www.flexibilizacao.ufba.br/C05Filgueiras.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2021.

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975 [1968].

LUPATINI, Márcio. **Crise do Capital e dívida pública**. In: Evilásio Salvador, Elaine Behring,

Ivanete Boschetti e Sara Granemann (orgs.). **Financeirização, Fundo Público e Política Social**. Cortez, 2012. ROCHA, Mirella. Política social na América Latina: ensaio de interpretação a partir da Teoria Marxista da Dependência, Brasília, v. 12, ed. 26, p. 147-175, 1 fev. 2010. .

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Livro Terceiro, tomo II. São Paulo: Nova Cultural. 1986.

MÁXIMO, Welton. **Dívida Pública pode alcançar até 5,91 trilhões em 2021**: números foram divulgados pelo tesouro nacional. Números foram divulgados pelo tesouro nacional. 2021. Disponível em:
<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-01/divida-publica-pode-alcan-car-ate-r-59-trilhoes-em-2021#:~:text=Depois%20de%20encerrar%202020%20levem%20ente,da%20d%C3%ADvida%20p%C3%ABblica%20para%202021..> Acesso em: 22 mar. 2021

MÉSZÁROS, István. **A única economia viável**. Disponível em:
https://www.ocomuneiro.com/nr05_01_IstvanMeszaros-Aunicaeconomiaviavel.html#_ftn0. Acesso em: 20 mar. 2021.

OURIQUES, Nildo. **Plano Real: o mito da estabilidade e do crescimento**. 2014. Disponível em:
<https://diplomatique.org.br/plano-real-o-mito-da-estabilidade-e-do-crescimento/>. Acesso em: 02 jan. 2021.

PAIVA, Beatriz; ROCHA, Mirella; CARRARO, Dilceane. Política social na América Latina: ensaio de interpretação a partir da Teoria Marxista da Dependência. **Ser Social**, Brasília, v. 12, n. 26, p. 147-175, jan. 2010. Semestral.

SALVADOR, E. **Fundo público e seguridade social no Brasil**. São Paulo: Cortez. 2010. SOUZA FILHO, R

SANTOS, Roberto Santana. 30 Anos da Constituição de 1988: reflexões sobre a Carta Magna brasileira no ocaso da Nova República. **Rebela**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p. 553-575, set. 2018.

SILVA, Giselle. **Transferências de renda e monetarização das políticas sociais: estratégia de captura no fundo público pelo capital portador de juros**. In: Evilásio Salvador, Elaine Behring, Ivanete Boschetti e Sara Granemann (orgs.). **Financeirização, Fundo Público e Política Social**. Cortez, 2012.

SOUZA FILHO, Rodrigo. **Fundo Público e políticas sociais nos Estados dependentes: considerações teóricas**. 2016. 24 f. Tese (Doutorado) - Curso de Serviço Social, Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em:
<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/viewFile/25401/18362>. Acesso em: 20 mar. 2021.

SOUZA, Rodrigo. Auditoria Cidadã da Dívida. In: SOUZA, Rodrigo. **A pandemia da Covid-19 no sistema da Dívida**, por Rodrigo Souza. [S. l.], 2 jun. 2020.